



Revista Científica

IMENSÃO



ISSN 2675-5238

Investigação Científica Acadêmica e Profissional



www.editorahawking.com.br

v.8 n.1 janeiro/março 2022



 **hawking**
EDITORA

REVISTA CIENTÍFICA DIMENSÃO
v.8 n.1 janeiro/março 2022

EDITORIAL: Betijane Soares de Barros
REVISÃO ORTOGRÁFICA: Editora Hawking
DIAGRAMAÇÃO: Luciele Vieira
DESIGNER DE CAPA: Editora Hawking
IMAGENS DE CAPA: canva.com
ARTE FINAL: Editora Hawking

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



A Revista Evidência está sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

NOTAS DO EDITOR

Para baixar o PDF de cada artigo da Revista Dimensão a partir do seu smartphone ou tablet, escaneie o QR code publicado na capa da revista, o qual irá remeter para a página da editora, local onde se encontra a mostra da versão impressa.

Revista Evidência /Editora Hawking

- Vol 8, n.1 (2022) – Maceió – AL: Editora Hawking, 2022 –
Trimestral

ISSN 2675-5238

1. Revista Dimensão – Periódicos I. Brasil, Editora Hawking

2022 Editora Hawking

Avenida Fernandes Lima, N° 08, Farol. Maceió/AL. CEP 57057-450
Disponível em: www.editorahawking.com.br
editorahawking@gmail.com

DIREÇÃO EDITORIAL

Dr^a Betijane Soares de Barros

Instituto Multidisciplinar de Alagoas – IMAS

<http://lattes.cnpq.br/4622045378974366>

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a. Adriana de Lima Mendonça

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2001)

Mestre em Química e Biotecnologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2004)

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)

Pós-doutorado em Biotecnologia através do Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD/RENORBIO/CAPES, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/0381713043828464>

Dr. Anderson de Alencar Menezes

Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 1998)

Bacharel em Teologia pelo Centro Unisal - Campus Pio XI (São Paulo) (UNISAL, 2002)

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2005)

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (UPORTO, Portugal, 2009)

<http://lattes.cnpq.br/3996757440963288>

Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Fregadolli

Bacharel em Farmácia pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 1999)

Licenciada em Educação Física pela Universidade Claretiano (CLARETIANO, 2019)

Tecnóloga em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL, 2015)

Especialista em Nutrição Materno-Infantil pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Farmácia Clínica Direcionada à Prescrição Farmacêutica pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Análises Clínicas pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2016)

Especialista em Plantas medicinais: manejo, uso e manipulação pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2001)

Especialista em Farmacologia: Atualizações e Novas Perspectivas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2002)

Mestre em Modelagem Computacional de Conhecimento pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011).

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2015).

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

Dr. Anildo Monteiro Caldas

Doutor em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista - FCAV/UNESP (2015), com período sanduíche em Universidad de Valladolid - Espanha, área de concentração "Ciência do solo / Linha de pesquisa Engenharia de água e solo". Mestre em Engenharia Agrícola e Ambiental pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2007), área de concentração "Engenharia de Água e Solo / Linha de pesquisa Solo e Geoprocessamento". Formado em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2004). Atual como professor Adjunto do Departamento de Tecnologia Rural da UFRPE. Tem experiência em Extensão Rural e Estágio de Vivência Rural Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas, Cartografia, SIG e Avaliação e Perícias Rurais.

<http://lattes.cnpq.br/6543959400281255>

Dr. Eduardo Cabral da Silva

Graduado em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)

Graduado em Matemática pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 2015)

Mestre em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)

Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018)

<http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

Dr. Fábio Luiz Fregadoli

Bacharel em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 1996)

Mestre em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 2000)

Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, 2004)

<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

Dr^a. Jamyle Nunes de Souza Ferro

Bacharel em Farmácia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)

Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2012)

Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2016)

Pós-doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018)

<http://lattes.cnpq.br/2744379257791926>

Dr^a. Laís Agra da Costa

Graduada em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011)

Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)

Doutora em Ciências Biológicas (Biofísica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2018)

<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

Dr. Patrocínio Solon Freire

Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 2000)

Bacharel em Teologia pela Universidade Pontifícia Salesiana (UPS- Itália, 2004)

Especialista em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 2004)

Especialista em Gestão Educacional pelas Faculdades Integradas Olga Mettig (FAMETTIG, 2006)

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2009)

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/5634998915570816>

Dr. Rafael Vital dos Santos

Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)

Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)

Especialista em Diagnóstico Molecular pela Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS, 2014)

Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)

Doutor em Materiais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/3000684462222111>

AVALIADORES DESTE NÚMERO

Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Fregadolli

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

Dr. Anildo Monteiro Caldas

<http://lattes.cnpq.br/6543959400281255>

Dr. Eduardo Cabral da Silva

<http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

Dr. Fábio Luiz Fregadolli

<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

Dr^a. Laís Agra da Costa

<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

Dr^a. Lucy Vieira da Silva Lima

<http://lattes.cnpq.br/0010369315381653>

Dr. Rafael Vital dos Santos

<http://lattes.cnpq.br/3000684462222111>

EDITORIAL

A Revista Dimensão (ISSN 2675-5238) iniciada em 2020, é um periódico multidisciplinar trimestral, conta com artigos originais e de revisão da área da educação, saúde, gestão, direito, ciências, administração, tecnologia e outros, desenvolvidos em mestrados e doutorados acadêmicos, por profissionais de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. O objetivo da Revista Dimensão é promover o caráter científico, com enfoque no sujeito, entre pesquisadores, graduandos e de pós-graduação que atuam em diferentes áreas do conhecimento. Os artigos encaminhados serão submetidos à avaliação da Assessoria Científica que decidirá sobre a conveniência da publicação, orientando aos autores sugestões e possíveis correções.

De acordo com a política de acesso público e de direitos autorais adotada pela Revista Dimensão, que utiliza a Licença Creative Commons - CC BY, que permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do meu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que atribua o devido crédito pela criação original. Deste modo, cedo à revista o direito de primeira publicação, com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

A Revista Dimensão é uma publicação periódica editada com o intuito de disseminar o conhecimento científico e promover o progresso da ciência. Esperamos que os textos publicados contribuam para a formação intelectual e a reflexão crítica.

Betijane Soares de Barros

SUMÁRIO

HOMOAFETIVIDADE: COMO EDUCAR PARA A DIFERENÇA, NUMA SOCIEDADE INTOLERANTE?	01
María Vanisia J. da Silva dos Santos Ivonise Maria Cordeiro Mascarenhas Rosemaire Mascarenhas Costa Ana Lúcia Nogueira da Silva Nascimento Luiz Carlos Bastos Da Rocha Avelina Pereira Barros	
DESAFIOS E ATUAÇÃO DO GESTOR ESCOLAR ANTES E DURANTE A PANDEMIA: EM 2 ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PIAÇABUÇU-ALAGOAS	14
Alessandra da Silva Santos Jonas dos Santos Lima	
OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR PARA CONDUZIR PROFESSORES EM TEMPOS DE PANDEMIA/AULAS REMOTAS: Uma análise de vivências em escolas da cidade de Penedo/Alagoas	34
Maria Gerlânia dos Santos Tatiane Jaíne do Santos Souza Sandra Cristina de Sousa Alves	
DIREITO DO TRABALHO: DA RELEVÂNCIA DA PROTEÇÃO AOS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	57
Bernard Pereira Almeida	
A LUDICIDADE E SUA INFLUÊNCIA PARA A FORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	69
Jakelyne de Farias dos Santos Jéssida Mayara da Silva Lopes Jonas dos Santos Lima	



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

HOMOAFETIVIDADE: COMO EDUCAR PARA A DIFERENÇA, NUMA SOCIEDADE INTOLERANTE?

*Maria Vanisia J. da Silva dos Santos*¹

*Ivonise Maria Cordeiro Mascarenhas*²

*Rosemaire Mascarenhas Costa*³

*Ana Lúcia Nogueira da Silva Nascimento*⁴

*Luiz Carlos Bastos Da Rocha*⁵

*Avelina Pereira Barros*⁶

RESUMO

A família e a escola possuem papel primordial para educar para a diversidade. Infelizmente a luta contra o preconceito e a reprodução de desigualdades é disseminada o tempo todo em nosso meio social. A abordagem das relações de gênero com crianças constitui-se uma tarefa delicada, pois elas aprendem durante sua infância que os meninos são fortes e que as meninas são meigas e quando esse processo é invertido, esses sujeitos são alvo de discriminação. Dentro do princípio bíblico, a homoafetividade é condenada visto que o homem foi feito para a mulher e vice-versa. Apesar de a bíblia mostrar que a heterogeneidade é um processo que deve acontecer entre homens e mulheres, a mídia em contrapartida mostra cenas que chegam a chocar, como os beijos entre pessoas do mesmo sexo, incentivando o homossexualismo e a prática homoafetiva. Neste trabalho, mostrarei o homossexualismo á luz da bíblia e abordarei a homoafetividade numa sociedade intolerante como uma construção de gênero, para que família e escola possam interferir nos processos de preconceito que são marcados pela socialização.

PALAVRAS CHAVES: Bíblia; homoafetividade; educação; família.

¹ Pedagoga pela UAG/UFRPE, especialista em Mídia na Educação pela UFPE e psicopedagoga pela UPE, atuando como profa. da Educação Básica. Email: vanisia.silva@outlook.com

² ivonismcm@hotmail.com

³ rosemaire.rosas@hotmail.com

⁴ ananogueiraa@gmail.com

⁵ luizcarlosbastosjr@hotmail.com

⁶ avelina.pereira@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Brasil constitui-se um país de povos plurais, no entanto, o diferente⁷, geralmente se encontra a margem da sociedade. Nesse contexto, “os diferentes”, buscam um lugar de destaque lutando pelos seus direitos e reconhecimento social, enfim, buscam a inclusão.

Fazer parte de uma sociedade que exclui, torna-se difícil, quando se é diferente, pois a inclusão deixa de ser uma preocupação de governantes e passa a ser uma questão fundamentalmente social. Incluir-se e fazer parte, nessa perspectiva torna-se uma questão complexa, se a sociedade não estiver aberta para o novo.

As pessoas homoafetivas, por exemplo, são discriminadas em função da diferença que apresentam em relação ao gênero e apesar de já existirem leis que dão direitos para essas pessoas e da constituição reger que não deve haver quaisquer forma de discriminação, a sociedade ainda continua excluindo.

O artigo 5º da constituição federal (1988, p.15) diz:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a

inviolabilidade do direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade.

É impressionante como atua a sociedade, quando se remete a padrões de comportamento, pois, esses acabam reproduzindo desigualdades sociais relevantes entre os sexos. Para se fazer valer de um direito, este deve está previsto em lei e mesmo assim, muitas vezes, esse direito é ignorado. No caso das pessoas que resolvem “sair do padrão” identitário, que é construído devido à cultura social na qual está inserida, a luta pela não discriminação é ainda maior, pois, a sociedade é a primeira a excluir, mesmo a constituição mostrando que independente de qualquer natureza, todos são iguais. A escola não age diferente, mesmo sendo a instituição designada para ministrar um ensino coletivo, para todos, ela ainda acaba excluindo, pois sofre vultosas pressões para lidar com a diversidade que terá que atender. De acordo com Rodrigues (2003, p.91-92):

A escola foi (é?) uma fonte de exclusão para muitos alunos que, quase sempre, viram confundidos com “falta de motivação”, “indisciplina”, ou “falta de inteligência” a incompatibilidade entre seus valores, ritmos e

⁷ De acordo com o minidicionário escolar Aurélio, p.235, diferente quer dizer: que não é igual, que difere, desigual.

interesses com os que eram veiculados na escola.

No âmbito educacional políticas públicas tem sido implementadas e repensadas com o fito da escola se tornar inclusiva e para que os preceitos constitucionais realmente fluam trazendo uma visão de sociedade justa e igualitária. Quando se pensa em conceito de gênero, faz-se necessário esclarecer que família e escola tem um papel primordial na luta contra as desigualdades sociais. Primeiro porque a família é o primeiro ambiente na qual a menina ou menino atua, e que esta prima por ensinar um padrão de comportamento social a qual esses sujeitos devem seguir; já a escola prepara essas crianças para a cidadania. Porém tudo que foge a regra social é considerado ridículo, por exemplo, ao nascer, o menino é ensinado a fazer coisas de menino: jogar bola, o quarto geralmente é decorado na cor azul, de forma que a menina deve brincar de boneca e seu quarto é decorado de rosa. Quando a criança concebe uma brincadeira que não é considerada de menino ou de menina, os rótulos dentro da própria escola com os coleguinhas começam a aparecer e os corpos começam a ser marcados pela socialização. Mesmo sabendo que o profissional da educação deve interferir nos processos de preconceito e discriminação que porventura venham a acontecer dentro

do espaço escolar, ele continua despreparado e o ambiente escolar continua segregador, tendo em vista que socialmente falando, meninos e meninas constituem um modo de pensar e de agir correspondente ao seu gênero. Quando a escola se depara com um comportamento diferenciado e não tenta intervir, educando para um país mais justo e igualitário, as práticas educacionais apontam efeitos devastadores, a evasão passa a ser um evento cotidiano e os alunos sofrem por não existir na escola profissionais que valorizem e que trabalhem com a diferença.

Se quisermos educar para um mundo mais justo, é preciso que atentemos para não educar meninos e meninas de uma forma radicalmente distinta. Quando as crianças adentram as escolas, elas já passaram por uma socialização inicial da construção do gênero na família. Entretanto, a escola deve está atenta para não permitir a reprodução do preconceito contra as mulheres e contra todos aqueles que fogem a masculinidade hegemônica. SILVEIRA, 2010, p.21.

Diante dessas colocações, o termo inclusão remete a escola e professores alguns sentimentos negativos, tais como: é uma experiência nova, não estou preparado, não estou capacitado para incluir, não vou saber educar para a equidade do gênero,

dentre outros, tornando indiferentes as diferenças.

O termo inclusão deve fluir como um olhar para a mudança, para a adaptação de velhos hábitos, para a quebra de paradigmas e para a transformação da realidade escolar em vista aos alunos homoafetivos⁸, pois mesmo que sociedade e família aponte a construção do gênero como um processo social em que o homem é o forte e provedor e a mulher a mãe, a dona do lar, ainda assim a escola necessita embasar na criança que esse cenário pode ser reconstruído, desconstruído e modificado para que a busca pela igualdade social atinja o seu ápice. O profissional da educação tem o importante papel de está na escola para atuar na prática pedagógica, buscando subsídios para transformar a realidade escolar e a difícil tarefa de não se omitir diante de cenas explícitas de discriminação e preconceito com o sexismo⁹, trazendo a tona uma educação mais aberta e crítica. Nesse sentido, a escola ainda precisa mudar, transformasse para uma realidade que é visível no dia a dia, porém, a transformação da realidade escolar só será possível se a sociedade se tornar mais solidária, mais igualitária e se a construção de estigmas,

estereótipos e preconceitos forem sanadas, em qualquer instância, seja ela pública ou privada.

A escola é um espaço de socialização para a diversidade e para o questionamento da aprendizagem do gênero e da sexualidade, entretanto a invisibilização dessas questões mostra que é necessário um investimento dos/as professores/as em sua formação para aprofundar o debate com os/as alunos/as. SILVEIRA, 2010, p.27.

Daí surge a seguinte indagação: pode a escola educar para a diferença numa sociedade intolerante? A resposta a essa pergunta é simples: A escola deve educar para a cidadania, pois é nessa instância que temos os multiplicadores de tudo que é ensinado. Quando a escola educa para a cidadania, ela está conscientizando para que o que é considerado diferente, não passe por um processo opressor historicamente determinado, para além das diferenças de sexos.

Mesmo que algumas abordagens de gênero já estejam sendo contempladas e sendo alvo de investimento pelo Ministério da educação, os homoafetivos continuam a

⁸ É um termo utilizado para descrever relações entre pessoas do mesmo sexo e tem relação com aspectos emocionais e afetivos envolvidos na relação amorosa e sexual entre as pessoas. (Glossário produzido pela professora Viviane Silveira).

⁹ Atitude preconceituosa que difere homens de mulheres definindo características específicas para cada um, subordinando o feminino ao masculino. (Glossário produzido pela professora Viviane Silveira).

margem dentro da esfera social. Logo, a escola garantir apenas o acesso ao seu interior, não basta, tem que se garantir também os direitos e assim, está atenta as manifestações provindas das práticas sexuais nesse ambiente, mantendo dessa forma, uma concepção respeitosa.

Vários são os caminhos para incluir e a escola é um deles, por isso, me proponho a pesquisar como está sendo a postura do educador na formação dos sujeitos com relação à sexualidade.

Assim, o presente artigo tem o objetivo de pesquisar sobre a homoafetividade e os valores transmitidos pela sociedade ao longo do tempo.

Para entender melhor a temática abordada, o artigo terá uma introdução e será dividido em dois tópicos: o primeiro observará a homoafetividade em sua evolução e a lei que garante os direitos de vivência entre as pessoas de mesmo sexo e o segundo falará sobre o homossexualismo a luz da Bíblia, personagens homossexuais nas telenovelas e as práticas escolares de inclusão social quanto à família homoafetiva. Em seguida, as considerações finais.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, descritiva, de natureza qualitativa e bibliográfica, já que a

análise se realizou em diversas fontes de pesquisas como conteúdo de livros, artigos científicos, sites, dissertações, teses e bibliográficas virtuais.

2 HOMOAFETIVIDADE

2.1 Evolução

A família vem transformando seus paradigmas, se acentuando as relações ligadas aos sentimentos de afeto e felicidade ancoradas no princípio da dignidade da pessoa humana, ensejando reconhecimento do status jurídico e familiar das uniões não alicerçadas pelo casamento tradicional.

São muitos os estudos e pesquisas que revelam que a sexualidade humana é plural. Cada indivíduo é um ser único que sente e deseja de forma diferente do outro. É evidente que isso não deve necessariamente representar uma ameaça aos homens e mulheres heterossexuais, mas sim uma nova maneira de encarar as diferenças dentro deste contexto da sexualidade humana.

Comportamentos vistos como normais na Antiguidade passaram a ser rotulados de degenerados no século 19. Recentemente essa expressão da sexualidade deixou de ser considerada uma doença mental e sua orientação não era patológica. Há mais de um século a

psicanálise revelou que nossos grandes temores não vêm do outro, mas daquilo que desconhecemos em nós mesmos. Repudiamos o diferente e o “maldito”. Um tabu de viver o afeto e o erotismo que precisa ser remediado. Assim foi com o sistema patriarcal e a verticalização das relações no interior das famílias.

As transformações psicossociais engendradas nestes mesmos parâmetros jurídicos exigem um processo lento e contínuo de superação de resistências e preconceitos. Essa constatação nos leva a antever um longo e difícil tempo de tensões e conflitos até que seja possível o reconhecimento social de qualquer tipo de escolha amorosa e de constituição de família. São transformações de valores culturais e de mentalidades.

Na década de 90 surge no meio educacional um conjunto de transformações educacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que trouxe o fascículo com o tema transversal orientação sexual e que de certa forma consolidou o tema sexualidade nas escolas.

O trabalho de orientação sexual visa propiciar aos jovens a possibilidades do exercício de sua sexualidade de forma responsável e prazerosa. [...] Propõem-se três eixos fundamentais para nortear a intervenção do professor: corpo humano, relações de gênero e

prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/ AIDS. BRASIL, 2001, p.34.

O eixo corpo humano tem como foco o conhecimento e cuidados com o corpo. O gênero trata das questões dos papéis que homens e mulheres desempenham na sociedade e a valorização de cada um. A prevenção às doenças tem como foco oferecer informações preventivas sobre as doenças que assolam a humanidade. Assim, os temas transversais foram escolhidos devido às urgências que a sociedade apresenta e por isso, ele incita que a forma ideal de viver a sexualidade devem ser as práticas monogâmicas, heterossexuais e reprodutivas e nunca uma prática homoafetiva.

Ainda assim, não se pode fechar os olhos para o óbvio. A homoafetividade existe e passa por discriminações e apelidos jocosos. Porém, a homoafetividade não se trata de um impulso automático e instintivo. Não se trata de uma opção e alternativa; de escolha e tampouco de um desvio de personalidade do indivíduo. Trata-se de uma simples variante natural da expressão sexual humana, merecedora de todo respeito e compreensão.

2.2 A LEI

Termo criado pela desembargadora e jurista Maria Berenice Dias com o

desiderato de diminuir a conotação pejorativa que se dava aos relacionamentos homossexuais. Tornou-se assim uma expressão jurídica. Embora não configurado como união estável (Superior Tribunal de Justiça), possui direito a pensão por morte e o auxílio reclusão, além de benefício de seguro da previdência social. A lei é a fonte do Direito. Nasce também do costume, que são as práticas e usos comuns do povo. Não se pode falar em lei sem levar em conta o seu conteúdo sociológico. A lei *"é um resultado da realidade social"*.

Não obstante a inexistência de regulamentação expressa das relações homoafetivas, o artigo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil é claro em afirmar: "quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito". Desta maneira, há como princípio geral do Direito que aquilo que não é expressamente proibido, entende-se por permitido, e isso é o que estabelece a Constituição Federal, artigo 5º, inciso II, que ninguém será obrigado a deixar de fazer algo senão em virtude de lei. E ainda no seu § 2º, dispõe sobre a existência de princípios e garantias constitucionais implícitos e explícitos e mostra que a afetividade tornou-se elemento formador da entidade familiar da nossa sociedade atual.

A família é a base da sociedade brasileira e a lei não proíbe expressamente as uniões homoafetivas, e o seu não-reconhecimento caracteriza uma afronta aos princípios constitucionais da isonomia e da dignidade da pessoa humana, cláusulas pétreas da Constituição Federal. Um dos marcos da discussão pelos direitos dos homossexuais se deu em 2011, quando o casamento gay foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, assegurando a esses casais os mesmos direitos dos casais heterossexuais. Segundo dados do IBGE, no Brasil existem mais de 60 mil casais homossexuais, número este considerável e que pode ser muito maior ao se considerar aqueles que omitiram sua orientação sexual em razão do preconceito que enfrentam no dia a dia.

Esta lei vem ao encontro dos interesses de um grupo social, que com representatividade na sociedade deve ter suas demandas e direitos assegurados pela lei. A fala e a manifestação pública que pregam a inconformidade do homossexualismo podem ser vistas como ações criminosas e devem ser expressamente repudiadas. É da essência da lei contemplar a todos, implicando acolhimento e tolerância.

"O fato de a Constituição tratar da união entre homem e mulher não significa negativa à união entre pessoas do mesmo

sexo. A Constituição tem como princípios fundamentais, a dignidade da pessoa humana, o direito à liberdade, à igualdade e o veto ao preconceito”, pontuou um Ministro do Superior Tribunal Federal.

3. HOMOSSEXUALISMO À LUZ DA BÍBLIA

Somos tentados por desejos de coisas que o Senhor não permite. A primeira mulher do mundo desejou o fruto proibido no Éden. Milhões de pessoas desejam ganho desonesto. Centenas de pessoas desejam outras do mesmo sexo. Deus exige que aprendamos a nos dominar para não o desejo não supere os limites que Ele deixou ao nosso comportamento. Este é o princípio que tem que ser aplicado aos desejos homossexuais que algumas pessoas sentem.

Em vez de perder tempo e energia tentando explicar estes desejos na base da Genética, ou tentando por a culpa deles nas influências da infância, a pessoa que é tentada a ter relações sexuais com alguém do mesmo sexo precisa aprender a dominar seus desejos. Por que? Porque Deus condenou as relações homossexuais. O ato homossexual é conhecido desde os tempos antigos. Muito se tem debatido sobre isto seja em qualquer área, mas a que mais tem sido atacada pelos militantes homossexuais é a área da religião.

O que Deus diz na Bíblia sobre a prática homossexual? A Bíblia é imparcial e tolerante nesta área das preferências sexuais de cada um? Ou ela dita como deve ser nossa vida e conduta? Homossexualismo é algo normal, ou Deus abomina? Deus não criou Adão e Jacó, e sim um homem e uma mulher, só o relacionamento entre um homem e uma mulher que é plenamente realizado.

Deus fez dois seres distintos para viverem em harmonia um com o outro, pela lógica, quando pegamos um quebra cabeça, as peças precisam ser diferentes para se encaixarem. Para o Altíssimo o ato homossexual é pecado, embora várias linhas religiosas modernas tenham doutrinado a favor da prática homossexual.

De acordo com a Bíblia de Estudo Dake:

Pelo também Deus os entregou às concupiscências do seu coração, à imundícia, para de que não desonrem o seu corpo entre si; pois mudaram a verdade de Deus em mentira e honraram e serviram mais a criatura do que o Criador, que é bendito eternamente. Amém! Pelo que Deus os abandonou às paixões infames. Porque até suas mulheres mudaram o uso natural, no contrário à natureza. E, semelhantemente, também os varões, deixando o uso natural da mulher, se inflamaram em sua sensualidade uns para com os outros, varão com varão,

cometendo torpeza e recebendo em si mesmos a recompensa que convinha ao seu erro. E, como eles se não importaram de ter conhecimento de Deus, assim Deus os entregou a um sentimento perverso, para fazerem coisas que não convém. (Rm 1:24-28 p.1797-1799).

O livro sagrado chama o ato homossexual de “paixões infames” e condena todo tipo de relacionamento homossexual, seja masculino ou feminino, ou seja, entre dois seres da mesma espécie. Portanto o Senhor diz na sua palavra que o homossexualismo não é natural, ou seja, é contrario a natureza. É um relacionamento torpe e distorcido.

O Eterno Deus não criou outro ser de outro sexo a não ser estes dois: homem ou mulher. Um sinal evidente de Deus ter abandonado qualquer sociedade ou povo é que tais pessoas tornam-se obcecadas pela imoralidade e perversão sexuais proibidas.

Alguns homossexuais defendem que os protestantes tem preconceitos em desfavor deles, isso não é verdade, pois os protestantes são instruídos a amar à todos. Porém, o protestante não pode desfazer o que a Bíblia deixa claro sobre homossexualismo.

3.1 UM PERSONAGEM CONTRA O PRECONCEITO/NOVELAS

Em uma interpretação primorosa na pele do vilão regenerado Félix, o ator Mateus Solano leva o tema da homossexualidade para a casa das famílias brasileiras. Diálogo entre ele e Niko (personagem de Thiago Fragoso/Novela “Amor à Vida”/Rede Globo).

— Niko, sinceramente, não faço o seu tipo. E nem você o meu, diz Félix. — Félix, você não tem tipo. Você tem pressa. Eu chamei você para dormir no quarto de hóspede, diz Niko. — Você me chamou com segundas intenções, diz Felix. — Não sou esse tipo de pessoa que quer se aproveitar de alguém que chega aqui completamente por baixo, diz Niko. — Por baixo? Frase de duplo sentido, hein? Quem gosta de ficar por baixo? — Quê? Eu não gosto nem de ficar por baixo, diz Niko.

Outro caso famoso: Depois de assumir a relação homossexual com a jornalista Malu Verçosa, a cantora Daniela Mercury ganhou destaque na maioria dos veículos de comunicação nacionais e internacionais, em um momento bastante polêmico que divide opiniões sobre a aprovação das uniões homoafetivas. “Como todo mundo, quero ser aceita e ter minha liberdade respeitada. Não suportaria ficar escondida e o único jeito é tratar isso

como uma coisa natural, que é" disse Daniela a Veja.

A homossexualidade foi vastamente abordada pela teledramaturgia no ano de 2014. É evidente o quão importante é essa abordagem no que diz respeito a abrir os olhos das pessoas para enxergarem com naturalidade essas outras formas de relacionamento, mais do que isso, a respeitarem e aprender a conviver com elas.

Mais importante do que representar os gays em novelas, é de salientar a maneira com que os autores vêm tratando dos rótulos da sociedade. O homossexual sempre foi pintado com tintas muito fortes e estereotipadas.

Félix tinha essas tintas, mas por outro lado tinha o lado humano/carismático e de muita identificação com o público, mesmo o público em questão não sendo homossexual. Um cara que fala "pelas contas do rosário", "salguei a santa ceia" e jargões do universo gay não podia estar dentro do armário. Ver dois gays se tornarem o principal casal romântico de uma novela é indício de que os tempos são outros. "É uma feliz junção de signos artísticos perfeitamente harmoniosos com uma nova etapa da evolução social", afirma Mauro Alencar, doutor em teledramaturgia brasileira e latino-americana pela USP.

De fato, é um tema da agenda do País. Analisando as novelas dos últimos

anos que tratam da homossexualidade, a questão vai além da causa homossexual, quebrando rótulos e estimulando o respeito a toda e qualquer manifestação afetiva e sexual. Fala de respeito e preservação da intimidade e ilustra um pouco dessas múltiplas sexualidades. Essa necessidade de enquadrar as pessoas em diferentes categorias deve ser o foco de novelistas e escritores, combatendo o preconceito. É claro que as novelas não irão acabar definitivamente com a mania que a sociedade tem de rotular, mas conscientiza para a realidade.

3.2 PRÁTICAS ESCOLARES DE INCLUSÃO SOCIAL QUANTO À FAMÍLIA HOMOAFETIVA

Conquanto não seja o único mecanismo de evolução social, a educação pode (sim) trazer inúmeras formas de desenvolvimento social para crianças e adolescentes, se tornando um ambiente de absorção de ideais que não estão em consonância com os princípios aceitos pela sociedade. Para a educação ser realmente a solução dos conflitos existentes, é necessária a estruturação geral, como a capacitação de professores, coordenadores e diretores, para uma escola aberta às diferenças e as mudanças constantes da sociedade.

Uma concepção de estímulo à pesquisa e reflexão dos alunos, fomentando um debate sobre a verdadeira realidade, proporcionando um pensamento crítico, o professor atuando como mediador das discussões, aí ocorrendo a mútua humanização de conhecimentos. Por isso a educação visa à inclusão de todas as crianças e adolescentes na escola, justamente para cumprir suas necessidades básicas, e neste contexto, a educação inclusiva pretende a captação de todos os alunos, com diversas capacidades e interesses, características e necessidades, para que possam, no decorrer do seu processo de aprendizagem, aprenderem o verdadeiro sentido da igualdade de oportunidades.

O espaço escolar deve ser um ambiente democratizado onde a toda a sociedade esteja representada, sem discriminação e preconceito.

Kupermann pergunta qual seria a formação adequada para o/a professor/a na educação poder exercer seu papel na educação sexual. Ou então, quais seriam os atributos que deveria ter para realizar essa tarefa. Com certeza, muita informação a respeito do que seja a sexualidade e suas várias formas de manifestação, em cada período de desenvolvimento humano, [...] “mas principalmente a capacidade de escuta para com o que inquieta e aflige seus alunos,

tolerância para com a diferença, em relação a vivência e aos ideais sexuais de cada um, e respeito ao próximo[...]”.

KUPERMANN,1999, p.92-93.

Importante se faz demonstrar como a educação pode incluir pessoas dentro de contextos históricos e culturais distintos, pois a educação multicultural trata de um “conjunto de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas ao nível de sistema, da escola e da turma, cujo objetivo é promover a igualdade e eliminar formas de discriminação e opressão, quer individuais, quer institucionais”. Por meio de um processo histórico de mudança da cultura de cada sociedade é que se rejeita ou se acolhe determinada família.

A própria cultura estabelece um limite para o que é permitido e o que não será aceito, e a exclusão da normalidade é traduzida por normas jurídicas proibitivas, o que não é o caso das famílias homoafetivas e da inclusão de seus filhos em escolas regulares.

Os professores são de grande importância para a disseminação de atitudes que constituam uma variável fundamental à promoção da integração e respeito pela diversidade, com a aplicação de práticas pedagógicas que visem à efetivação dessa igualdade. A partir do momento que a sociedade e a escola passarem a trabalhar

com a diversidade, vendo a diferença como algo comum, tem-se aí a educação inclusiva. Neste espaço de naturalização e inserção de discussão sobre os vários tipos de família, a escola deve transparecer a humildade e entender que a sociedade muda, advindo novas formas de família. É preciso praticar o conceito de interação/inserção. O Estado/sociedade e a escola devem assumir o papel da questão homofóbica vendo como um problema a ser solucionado e nesse contexto banir a discriminação/preconceito. Na escola se deve desenvolver a ideia de que vivemos e devemos respeitar as diferenças de cada um e de cada família. A família homoafetiva deve educar seus filhos de maneira a desenvolver e não aceitar no seio escolar as discriminações e preconceitos. A educação é a mais importante ferramenta de inclusão. Um espaço de conhecimentos e desenvolvimento dos alunos, bem como um local de naturalização das diferenças e opções sociais, culturais, econômicas, em relação a credo, cor, opção sexual, tudo num ambiente de tolerância e de respeito às diferenças.

CONCLUSÃO

Apesar de vivermos em um país de diferentes povos, com culturas diferentes e formas diferentes de se viver, a sociedade

ainda é segregadora, principalmente quando se fala da inclusão de valores com relação a sexualidade. E na escola não é diferente. Os alunos com opção sexual diferente, por exemplo, ainda vivem a margem da sociedade e do público escolar, pois as políticas públicas, não atendem a demanda inclusiva tão almejada por todos aqueles que querem autonomia e respeito de valores.

Os professores tornam se inativos mediante seu lado profissional, por sentirem-se despreparados para lidar com as diferenças. As atividades do dia a dia escolar pedem mudanças de paradigmas e o professor já não responde às demandas, visto que necessita se preparar para a intervenção prática junto a essa clientela que grita por socorro e por um espaço de reflexão de valores e preconceitos, que muitas vezes parte dos próprios colegas educadores.

Logo, ao atuar como profissional, o docente precisa conduzir seu trabalho pedagógico dentro da ética, evitando transmitir seus valores, crenças e opiniões como sendo princípios ou verdades absolutas.

Por fim, é importante ressaltar que a Bíblia condena a prática do homossexualismo, que a sociedade é intolerante e que a escola precisa educar para a diversidade. Que a família deve

dialogar com a escola e posicionar-se mediante as telenovelas que passam em horário nobre, favorecendo assim, a atitude de respeito a diferença, garantindo o respeito e a participação de todos no meio social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto Constitucional- Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

BORBA, Marcelo de Carvalho/PENTEADO, Miriam de Godoy. **Informática e educação matemática**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Educação inclusiva: as boas e más notícias. In: RODRIGUES, D. (org.). **Perspectivas sobre a inclusão**: da educação a sociedade. Porto, 2003.p.91-92.

DAKE, Bíblia de Estudo. Livro de Romanos. Capítulo 1, versículo 24-28.

KUPERMANN, Daniel. Afinal, o que fazem com o “Juquinha”? Um ensaio sobre a educação sexual no ensino fundamental. In: DUNKEY, Gláucia (org.). **Sexualidade e educação: Um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Grypus, 1999.p.47-63. (Educação em Diálogo;v.2).

SILVEIRA, Viviane Teixeira. Gênero: como e por que compreender? In: **Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria do Estado da Educação do Paraná**, Curitiba, 2010.

Dias, Maria Berenice, desembargadora

Guilherme M. Fernandes, Graduado em Comunicação Social pela Faculdade de J. Fora Brandão, Cristina, Doutora em Teatro pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

BAUMAN, Zygmunt, e a nova Identidade.

PAULA, Cláudia Regina de. Educar para a diversidade C. Federal e Novo Código de Processo Civil



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

DESAFIOS E ATUAÇÃO DO GESTOR ESCOLAR ANTES E DURANTE A PANDEMIA: EM 2 ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PIAÇABUÇU-ALAGOAS

Alessandra da Silva Santos¹

Jonas dos Santos Lima²

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir sobre o papel do gestor escolar em suas ações, antes e durante à pandemia, identificando assim de forma clara seus desafios e sua atuação nos espaços escolares. É notável que a gestão vem passando por transformações diárias no cenário atual, com isso é indispensável entendermos o papel desse profissional diante desse contexto na qual a educação está inserida atualmente. Dessa forma comparar as duas esferas é de grande importância, pois a demanda de trabalho e organização aumentaram com o passar do tempo, diante disso as práticas de atuações vêm sendo repensadas, constantemente, a fim de reorganizar todos os objetivos educacionais a serem alcançados por toda comunidade escolar. A metodologia do referido texto está fundamentada em abordagens qualitativa, iniciada com o Estágio Supervisionado de Gestão Educacional, realizado no ano de 2019 observando os passos das gestoras responsáveis pela escola campo de estágio em um cenário tido como normal sem vestígios algum de crise sanitária como hoje na atualidade. E com mais duas gestoras de uma outra escola diferente da rede municipal de ensino do município de Piaçabuçu-Alagoas, investigando assim as práticas realizadas por elas na atualidade diante da pandemia. O gestor assume várias responsabilidades dentro de uma escola e com a chegada da pandemia ficaram mais complexas, no que envolvem o trabalho e suas ações, mesmo diante da pandemia o gestor luta diariamente com sabedoria para organizar toda estrutura escolar administrativas e

¹ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo, e Professora da Rede Pública Municipal de Ensino de Piaçabuçu-Alagoas. Endereço eletrônico: E-mail: sandra0123abcsantos@gmail.com

² Pedagogo. Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e pósgraduação Lato Sensu em: Inspeção Educacional pela Faculdade Atlântico – Aracajú Sergipe, Direito Educacional- Faculdade Pio Décimo – Sergipe, Psicopedagogia Clínica e Institucional – Faculdade Centro de Ensino Superior Aracaju Mikael de Arapiraca – CESAMA. Professor e coordenador do Curso de Pedagogia da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo e Diretor de Divisão de Inspeção Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Piaçabuçu – Alagoas. Endereço eletrônico: E-mail: jonaslima183@gmail.com

pedagógicas com planejamentos de qualidade mesmo vivendo a crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19, em busca de estratégias inovadoras, afim de idealizar e sustentar práticas de atuação positiva.

PALAVRAS CHAVES: Gestor Escolar. Desafios Pedagógicos. Planejamento. Pandemia. Ações Administrativas.

1 INTRODUÇÃO

Entender sobre a gestão escolar diante dos desafios já existentes e os que surgiram com a pandemia da covid-19 é de grande importância, pois a realidade escolar mudou, o que era visto como problemática de fácil solução, hoje aumentou o grau de dificuldade de resolução dez vezes mais, por motivos do afastamento social e do fechamento das escolas e isso tem afetado diretamente todos os setores e espaços educacionais, principalmente, a área de atuação do gestor escolar, portanto é indispensável compreendermos o real papel do profissional que atua nessa função de gestor.

Sendo o gestor responsável por diversas funções no ambiente escolar e os desafios nessa área de atuação são muitos, pois ele é um profissional que lida desde as relações administrativas, até as interpessoais dentro do ambiente escolar e isso só acontece de forma satisfatória quando os integrantes de toda comunidade escolar participam e contribuem de forma ativa e positiva ao lado do gestor em prol do bom desenvolvimento da mesma.

Antes da pandemia, as escolas buscavam manter o fluxo dos alunos frequentando a escola e as aulas

regularmente, evitando assim a evasão, através de ações pedagógicas na escola que envolvessem os alunos como peça fundamental em seu processo de aprendizagem, com isso eram realizadas reuniões com pais e professores afim de identificar situações que precisariam serem resolvidas.

Diante desse contexto atual de pandemia, por um longo espaço de tempo não foram mais possíveis os encontros de forma presenciais, pois a sociedade vivenciava problemas sanitários, o que ocasionou o afastamento social e fechamento de vias públicas, com isso a educação pública passou por uma grande preocupação com o fechamento das escolas e o afastamento dos alunos, a escola teve a necessidade de cumprir com suas responsabilidades administrativas mesmo que de forma regulada, pois a todo momento a escola como instituição de ensino tem por obrigação manter questões administrativas e documentais em dias, organizada pelos gestores em parceria do agente administrativo escolar.

Os gestores escolares tiveram que dar continuidade com seus trabalhos de forma remota e aos poucos de forma semipresencial para assim atender as necessidades de toda

comunidade escolar, amenizando assim os impactos causados. Com as aulas tendo que ser remotas, toda equipe gestora teve que desenvolver ações e estratégias dentro das escolas para assim poder sanar os problemas que surgiam, principalmente pela falta de acesso aos aparelhos tecnológicos que alguns alunos tinham para acompanhar suas aulas, onde virou uma situação delicada de dois lados a serem resolvidos, seria manter a frequência de quem tem o aparelho tecnológico e acesso à internet para frequentar as aulas regularmente e a questão dos alunos sem acesso a nenhum meio ou aparelho que pudessem assistir suas aulas sem serem prejudicados em sua aprendizagem.

Diante da problemática dos alunos sem acesso, a equipe gestora juntamente dos professores tomaram a decisão de irem nas casas dos alunos, tomando todos os cuidados necessários e exigidos pelo Ministério da Saúde para combater a covid-19, para reforçar a importância da frequência diária dos alunos nas aulas e informar aos alunos sem acesso que poderiam acompanhar as aulas através de material impresso em forma de apostilas para serem respondidas e entregues para correção, dessa forma a equipe tomava essa decisão pensando exclusivamente no aluno,

em mantê-los nas aulas e acompanhando sua aprendizagem mesmo diante de todas as dificuldades por eles enfrentada.

A escola por parte da gestão, para manter seu bom funcionamento mesmo com dificuldades, se reinventou em suas ações e estratégias, dando possibilidades aos profissionais da mesma para usar da criatividade, pois o momento aclamava por isso, por profissionais ativos e criativos, que pudessem contornar e amenizar os impactos causados, usando o que tem diante de sua realidade em uma escola pública.

Os professores foram e são essenciais para esse momento, pois com mestria conseguiram se adaptar à nova realidade, superando seus anseios e limites, visto que para manter a qualidade de suas aulas colocaram seus rostos diante de câmeras para gravação de aulas e uso de mensagens de voz para os alunos, tudo muito novo e cheio de dificuldades, mas que aos poucos foi sendo superado em prol de manter a educação de qualidade ativa em benefício da aprendizagem de todos os alunos.

A educação nesse período foi desafiada todos os dias e para que tudo dentro da escola ocorresse de forma satisfatória por meio de uma gestão de qualidade, e ser bem desenvolvida, houve a

necessidade de reforçar a participação da comunidade escolar dentro do ambiente em função do bom funcionamento da escola, seja nas questões administrativas quanto às pedagógicas, pois a participação de todos nesse processo de construção e reconstrução de ideias é de suma importância.

Como todo ser humano e profissional, o gestor mostrou suas fragilidades diante desses acontecimentos e mudanças repentinas, possibilitando uma gestão democrática, em que as ideias eram bem vindas, ficando perceptível que ninguém trabalha sozinho, levando todos sobre uma reflexão de que dentro do ambiente escolar ninguém solta a mão de ninguém, tudo deve ser em parceria e em prol dos mesmos objetivos.

Desse modo o presente artigo aborda sobre o papel do gestor escolar, nos leva a uma reflexão e análise sobre como foi realizada suas práticas com a chegada da covid, quais os desafios por eles enfrentados nesse contexto da pandemia. Para compreender de forma clara todos esses passos, foram realizadas duas pesquisas em dois contextos e anos diferentes com gestoras de duas de cada escola, da rede municipal da cidade de Piaçabuçu-Alagoas.

2 BREVE HISTÓRICO DA GESTÃO ESCOLAR

Foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961, através da lei nº 4.024/61. No artigo 42 está bem claro quando afirma sobre exigência que o diretor escolar seja um educador qualificado. Dessa forma, um educador dirigindo e tomando decisões de uma escola e que tenha grande facilidade de obter sucesso e êxito nas questões educacionais, sendo um líder nessa comunidade educativa. A LDBEN traz essa modificação com relação ao gestor em ser um educador com objetivo de descentralizar o poder na escola, ela também aponta que os estados possam regulamentar todas as questões que fossem referentes ao cargo de direção.

O primeiro Plano Nacional da Educação foi criado em 1962, porém de cunho normativo e financeiro. Daí os primeiros passos rumo a autonomia da gestão educacional eram dados, neste plano em que estavam bem claros todos os passos a serem seguidos para se ter e organizar uma gestão de qualidade voltada sempre para melhorias educacionais. O regime militar foi instaurado no país em 1964 e essa foi a última fase da educação em que se iniciou

de forma extensa a etapa de educação de caráter autoritário do período militar, cujo o tecnicismo educacional prevaleceu, idealizava as disciplinas escolares das escolas na época prontas.

Foi promulgada a Constituição Federal de 1988, ela estabelece como dos princípios básicos da Educação Nacional a gestão democrática do ensino público, (ART, 206) visando critérios de participação da população em diversos aspectos dentro das escolas, pois é sabido a importância da participação da comunidades na tomada de decisões dentro de uma escola, e um documento que deve começar com o processo de democracia dentro da escola e começa pelo Projeto Político Pedagógico, desde a sua construção até a finalização e uso do mesmo.

Por volta de 90 ocorreu a Conferência Nacional da Educação para todos, o qual destacava a importância de uma educação participativa, com a atuação de todos os profissionais da educação trabalhando em prol da melhoria da educação básica, e que todas as pessoas tivessem conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, uma sociedade humana e justa. Novos desafios e exigências são apresentados a escolas, que recebe o estatuto legal de formar cidadãos

com capacidade de não só enfrentar esses desafios, mas também de superá-los (LUCK, 2009, p.16)

Foi promulgada a Lei nº 9394/96, conhecida como a LBD em 1996, ela descentralizava a gestão escolar e estimulava a participação comunitária, de pais, alunos, professores e funcionários, assegurados pela lei citada logo a cima no artigo 14 que destaca: [...] os sistemas de ensino da gestão democrática de ensino público na educação básica de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios : I-participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola; II-participação da comunidade escolar local em seus conselhos escolares equivalentes.

Dessa forma a gestão democrática ela se caracteriza quando os responsáveis pelas tomadas de decisões agem em conjunto e participam efetivamente das tomadas de decisões, da elaboração de projetos e de todas questões que pertença a escola.

No ano 2014 houve a promulgação da Lei nº 13.005/14, que compreende o Plano Nacional de Educação o (PNE) vigente até 2024 ele priorizou a participação da comunidade escolar na escolha de diretores e estabeleceu que devesse haver

autonomia escolar nos âmbitos pedagógicos, administrativos e financeiros, essa lei também previu o envolvimento comunitário na elaboração do Projeto Político Pedagógico, (PPP), currículos e regimentos escolares, no intuito de assegurar a participação democrática.

Dessa forma a Gestão Escolar passou por várias mudanças e transformações ao longo dos anos e ainda passou por mais tantas outras. Com base nessa fala da autora vale ressaltar que o gestor é um líder, cujo orienta os caminhos que devem ser seguidos, em busca sempre da qualidade em tudo que for feito

Uma escola quando é democrática ela incentiva as práticas coletivas de todos presentes, ela se organiza de acordo com as decisões tomadas em conjuntos e voltadas para melhoria e bom funcionamento, por isso a importância de fazer um trabalho democrático, pois gera confiança a autonomia para todos que fazem parte da comunidade escolar.

3 DESAFIOS E ATUAÇÃO DO GESTOR ESCOLAR ANTES E DURANTE A PANDEMIA: EM DUAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PIAÇABUÇU-ALAGOAS

A busca pela compreensão do papel e desafios que o gestor escolar enfrenta surgiu a partir do Estágio Obrigatório Supervisionado de Gestão Educacional, com carga horária de 100 horas, ofertado pela grade curricular acadêmica da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo, realizado na escola Municipal José Gonçalves situada no município da cidade de Piaçabuçu Alagoas, no período de 10 de setembro a 11 de novembro de 2019.

A temática de pesquisa surgiu no estágio supervisionado como citado, observando a prática dos gestores em todo ambiente escolar a fim de entender suas funções e responsabilidades. O campo de estágio é de suma importância para o graduando, pois é ele que possibilita uma vivência na prática podendo assim compreender de forma clara e objetiva como se dá uma gestão escolar. Com o decorrer do tempo o mundo começou a enfrentar uma problemática que foi a pandemia da covid-19 em 2020, em meados de março, onde ocasionou uma crise sanitária mundial.

Com isso foi decidido analisar essa problemática e investigar o papel do gestor escolar diante do contexto que estavam vivendo, com a pandemia na qual teve o isolamento social, o fechamento das

escolas, tendo que reorganizar toda prática, reinventar-se diante das aulas que passaram a ser remotas e das relações interpessoais que tiveram que ser evitadas presencialmente, pois todos seguiam protocolos de segurança para evitar contágio da covid-19.

Com a experiência vivenciada no Estágio Supervisionado de Gestão Educacional e a vivência diante da crise vivida na pandemia de acordo com a segunda pesquisa de campo, surgiu a necessidade de comparar o papel dos gestores diante da pandemia, os quais desafios enfrentados por eles, com isso nasceu a elaboração desta pesquisa.

É notável a importância do papel que o gestor escolar tem diante dos espaços escolares e de toda sua responsabilidade, enfrentando desafios diários, esse é o profissional responsável em unir pessoas em prol do bom desenvolvimento do ambiente escolar, é ele quem administra desde as ações burocráticas até as relações interpessoais. E é na prática que adquirimos essas experiências, pois analisando os passos de cada um deles chegamos na conclusão de que gerir uma escola não é nada fácil, mas é um papel de grande importância para quem o exerce.

3.1 O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR EM AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Para entender o papel do gestor escolar é necessário saber que ele é o responsável em manter toda a escola desde os aspectos físicos, financeiros e interpessoais aos legais, é o profissional responsável por administrar documentações das escolas e é quem busca inovações que envolvam toda a comunidade escolar. Uma gestão bem estruturada busca sempre garantir uma educação de qualidade, dando condições objetivas no processo educacional.

O gestor deve e tem por obrigação realizar um bom trabalho no gerenciamento de uma escola, pois seu papel é desempenhar melhorias no ambiente para que assim todos os objetivos e metas traçadas sejam alcançadas, que resultem na formação da cultura do ambiente escolar.

Luck (2009, p.23) retrata que;

A gestão escolar constitui uma das áreas de atuação profissional na educação destinada a realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários à efetividade das ações educacionais orientadas para promoção da

aprendizagem e formação dos alunos.

Dessa forma é nítido que os gestores são educadores, são líderes e devem organizar e orientar os caminhos no qual a comunidade escolar deve seguir, em busca da qualidade de ensino, das boas relações interpessoais e do cuidado físico da mesma. Vale ressaltar que algumas funções não são únicas e exclusivas ou de caráter obrigatório não só do gestor, mas de uma ação coletiva, em que todos devem ter uma visão de futuro.

Segundo Saviane:

[...] é preciso dizer que o diretor de uma escola é antes de tudo, um educador; antes de ser um administrador ele é um educador. Mais do que isso: em termos típicos ideias, ele deveria ser o educador por excelência dando que, no âmbito da unidade escolar, lhe compete a responsabilidade máxima em relação a preservação do caráter educativo da instituição escolar. (Saviani, 1986.p, 190)

É em conjunto que se constrói um ambiente promissor, de pessoas que trabalham coletivamente em prol dos mesmos objetivos educacionais, com harmonia sem deixar o profissionalismo, mas isso só acontece de maneira positiva se o gestor tiver ciência de que o trabalho em equipe é

essencial, que compartilhar decisões fazem com que o ambiente seja promissor

Diante dessa afirmativa, Luck (2009. p,2) afirma que;

Dirigentes de escolas eficazes são líderes, estimulam os professores e funcionários da escola, pais alunos e comunidade a utilizarem seu potencial na promoção de um ambiente educacional positivo e no desenvolvimento do seu próprio potencial orientado para aprendizagem e construção do conhecimento a serem criativos e proativos na resolução de problemas e enfrentamento das dificuldades.

É de grande importância não deixar a autoridade predominar e fazer um trabalho isolado só de regras sem estar aberto a diálogos e sugestões dos demais que compõem a comunidade escolar exaltando seu papel de liderança, mas de forma flexível, ter visão de futuro analisando aspectos importantes no qual favoreça todos os objetivos educacionais.

3.2 PRÁTICAS INOVADORAS NO PLANEJAMENTO ESCOLAR PARTICIPATIVO

É importante ressaltar que para dar início a construção do planejamento

escolar, deve-se analisar quais foram os pontos positivos e os negativos do ano anterior para que assim possa ser elaboradas novas ações, o que ficou de bom aprimora e continua, já o lado negativo trabalha para melhorar. Essa ação é necessária por conta que planejamento pedagógico, pois é quem determina todos os passos na qual serão seguidos na escola.

Libanêo (1992) destaca:

A ação de planejar, portanto não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é antes, a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógico, tendo como referência permanente as situações didáticas concretas, isto é, a problemática social, econômica, política e cultural que envolve a escola, os professores, os alunos, os pais, a comunidade, que interagem no processo de ensino (p.222).

Diante da crise sanitária na qual ocasionou a pandemia, é de extrema importância elaborar caminhos que facilitem os professores a desenvolverem seus trabalhos da melhor forma possível, oferecendo aos alunos uma educação de qualidade mesmo em meio a todas as dificuldades. É essencial também que no planejamento os objetivos estejam claros

proporcionando assim metodologias atualizadas para elaboração das aulas que aconteceram de forma remota, é importante também permitir que os professores tenham autonomia suficiente de se envolver de forma ativa e criativa no planejamento participativo. É de grande importância acreditar na pessoas, e em sua capacidade de se reinventar diante de situações como essa no meio educacional, ocasionada pela pandemia.

Como Dalmás afirma:

Só o acreditar nas pessoas leva a dividir e a socializar o poder, a provocar transformações nas relações e mudanças na maneira de agir e ser. É transcendental acreditar na capacidade e responsabilidade das pessoas que se envolverão no processo, tendo consciência de que todas poderão dar e darão sua parcela de contribuição. (1994, p.54)

A forma na qual as aulas foram ofertadas fogem do estilo tradicional, os alunos antes iam à escola, tinham contato direto com o professor e colegas; diante dessa nova realidade de ensino foi essencial a modernização das práticas de ensino.

O modelo de planejamento, deve estar atualizado de acordo com as necessidades, deve estar descrito de forma bem clara sobre as informações que devem

ser repassadas pelos dos professores aos alunos e dos gestores para os professores, pois foi essencial o suporte ao professor e ao aluno nesse momento de adaptações e novos estilos de ofertar aula, que passaram a ser ministradas de dentro de suas casas por meio de aparelhos tecnológicos, para chegar até os alunos, e os professores exerceram esse papel com maestria, inovando cada dia suas práticas, transformando o básico em extraordinário diante de um cenário de tantas incertezas para a educação. Com isso Dalmás diz que:

Sabe-se que um grupo de professores, apesar da direção e dos Serviços Especializados de uma escola, tem a possibilidade de transformar ou manter uma dinâmica de uma instituição. A força transformadora de uma escola está em seu corpo docente, com o auxílio e apoio da Direção e dos Serviços. (1994.p.45)

Dessa forma fica nítido que o corpo docente é quem se renovou e se reinventou nas práticas pedagógicas durante o período de pandemia com as aulas remotas, correu contra o tempo para se familiarizar com os aparelhos tecnológicos para uso em suas aulas, pois não podia perder tempo diante do cenário atual que a educação vinha enfrentando, foi o profissional que diante

das dificuldades fez novas oportunidades, priorizando a qualidade do ensino dos alunos e de suas aprendizagens.

4. CURRÍCULO ESCOLAR E A NOVA REALIDADE DE ENSINO APRENDIZAGEM.

Currículo escolar é o caminho no qual o estudante deve percorrer, nele se organiza os conteúdos que os alunos devem aprender. Esse documento é flexível e adaptado de acordo com as necessidades dos alunos, é dinâmico com metodologias e propostas pedagógicas que tem o aluno como foco visando sua aprendizagem com qualidade.

No contexto atual pode-se afirmar sobre currículo que:

Há muitas definições de currículo: conjunto de disciplinas, resultados de aprendizagens pretendidas, experiências que devem ser proporcionadas aos estudantes, princípios orientadores da prática, seleção e organização de cultura. No geral, compreende-se currículo como um modo de seleção da cultura produzida pela sociedade para formação dos alunos; é tudo que se espera seja aprendido e ensinado na escola. (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2003, p.362)

O currículo escolar deve ser elaborado por cada escola, sendo de forma exclusiva para suas necessidades educacionais, deve ser construído com atenção, pois ele é quem conduz o ensino, nele deve abordar fatores no qual a sociedade esteja vivendo, uma vez que é a partir dessas ações que a escola fica conhecida como flexível priorizando a aprendizagem dos alunos da melhor forma possível.

Moreira e Silva (1995) salienta que:

O currículo não é apenas um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relação ao poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal-ele tem uma história vinculada as formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. (MOREIRA e SILVA, 1995, p.8)

É essencial que o professor seja um participante ativo na construção do currículo escolar, seja colaborador e não apenas um receptor de algo no qual já venha pronto. Diante do novo modelo de aula adotado que é o remoto, é de grande

importância que o currículo acompanhe os avanços tecnológicos para assim poder oferecer aulas atrativas e inovadoras diante da realidade escolar de cada um, preparando assim os alunos para mais um ano letivo de qualidade, mesmo com todos os desafios enfrentados.

4.1 DESAFIOS E ATUAÇÃO DA GESTÃO PEDAGÓGICA

Gestão pedagógica é uma área de ensino na qual compõe a gestão escolar e é a que mais está perto da realidade de uma sala de aula, é responsável pelo planejamento da proposta pedagógica da escola e é quem dá suporte aos estudantes garantindo assim qualidade e igualdade no ensino dos alunos como está descrito no Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases de nº 9.394/96 no inciso I, onde garante igualdade de condição para o acesso e permanência na escola.

É de responsabilidade do setor pedagógico guiar nos caminhos a serem percorridas, as metas a serem atingidas, e isso deve estar explícito e de forma clara no planejamento pedagógico. O coordenador é o profissional que atua nessa gestão pedagógica, ele é o responsável pela elaboração de projetos educacionais, é

quem promove ações na qual envolvem todos os que compõem a escola afim de buscar continuamente melhorias no processo de ensino aprendizagem de todos garantindo assim todos os direitos o qual são destinados.

O gestor pedagógico, tem por finalidade em suas funções assegurar os direitos de aprendizagem dos alunos, para que tenham um bom desenvolvimento em sua vida escolar. Existe um documento no qual guia a prática pedagógica e todos os passos de uma escola, ele se chama Projeto Político Pedagógico (PPP), documento esse que norteia os passos e ações a serem seguidas pela instituição de ensino. A construção desse documento é de grande importância, construído coletivamente, pois nele consta todas as informações da escola, cujo costuma ser chamado de identidade da escola, pois nele conta tudo que precisa saber sobre como proceder uma educação igualitária, com os objetivos na qual a comunidade escolar deseja alcançar, como afirma GADOTTI (1994,p.42) Projeto Político Pedagógico da escola precisa ser entendido como uma maneira de situar-se num horizonte de possibilidades, a partir de respostas a pergunta tais como: ‘que educação se quer, que tipo de cidadão se deseja e para que projeto da sociedade?’

Este documento norteia também as ações dos professores no processo de ensino aprendizagem dos alunos pois nele está descrito qual tipo de realidade na qual a escola e os alunos estão inseridos, facilitando assim um planejamento de aula adequado de acordo com as suas necessidades, fazendo com que o ensino assim seja igualitário para todos sem nenhuma restrição.

5 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada nesta pesquisa está fundamentada na abordagem qualitativa, que tem como propósito as ações dos gestores escolares antes e durante a pandemia, baseado em princípios democráticos, visando participação em todos os segmentos da escola e de toda sua comunidade escolar, em busca de melhorias no funcionamento da escola, no desenvolvimento de metodologias ativas que pudessem atender a todos diante da realidade escolar em que vivem, principalmente nos dias atuais desde o início da pandemia.

A pesquisa tem por objetivo investigar de forma aprofundada, os reais desafios e anseios dos gestores em administrar suas funções com êxito em

tempos de pandemia. Com isso foi realizado uma coleta de dados por meio de questionário impresso, troca de conversas e experiências, todo processo da pesquisa ocorreu de forma presencial nas duas escolas de estudo de caso, ressaltando que todos os cuidados preventivos foram tomados durante a realização da pesquisa e aplicação do questionário.

A primeira pesquisa se deu por meio do estágio em 2019 na Escola Municipal José Gonçalves, a qual se observa os passos das gestoras da escola de campo, com isso foram dias de muito aprendizado, pois era nítido o compromisso das gestoras com todos que faziam parte da mesma, são profissionais ativas, que buscam sempre melhoria para o ambiente que atuam, exercem com maestria a função, dando suporte aos alunos, professores pais e funcionários, tratando todos com igualdade.

Já a segunda pesquisa foi realizada no mês de janeiro de 2022 com gestoras de escola pública do município de Piaçabuçu-Alagoas, sendo Direção e coordenação, totalizando assim duas profissionais entrevistadas. As questões foram aplicadas ao todo com 08 perguntas sendo divididas entre as duas responsáveis da escola, com objetivo de entender sobre as questões

administrativas e pedagógicas, além de situações advindas pela pandemia da covid-19 enfrentadas pela Escola Municipal Dr. Genildo Capitulino Lessa dos Santos, a análise foi realizada com base em informações coletadas na prática investigativa na escola, sendo reforçada com leituras e análises em autores que complementam com seus pensamentos todas as informações descritas neste artigo de forma coerente a abordagem de estudo.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico será abordado as discussões dos resultados, a partir da coleta de informações realizadas nas escolas. O perfil das profissionais gestoras são do sexo feminino ambas e exercem suas funções em escolas municipais da rede pública do Município de Piaçabuçu-Alagoas. Assim cada escola tem duas representantes, Direção e Coordenação.

A pesquisa se deu em dois momentos e em anos e realidades diferentes, pois a referida escola campo de estágio da Gestão Educacional onde foi o ponto de partida para a elaboração deste artigo, vem apresentar os desafios dos gestores no dia após dia no contexto educacional a escola vivia os momentos

dito como normal, executando todas suas ações da melhor maneira possível sem se preocupar com algo tão grandioso quanto o que estava acontecendo na sociedade. Com isso a segunda pesquisa de campo foi realizada no mês de janeiro na escola Genildo Capitulino Lessa dos Santos situada na Cidade de Piaçabuçu-Alagoas, no povoado Sudene, situada às margens da Rodovia Dalmo Moreira, nesta pesquisa pode-se perceber o quanto a gestão teve que se adaptar, reinventar na sua prática educacional diante do contexto atual, com vestígios ainda da pandemia da covid-19.

A realização do questionário para a direção da escola Genildo Capitulino foi realizado de forma presencial, tomando as devidas precauções, o qual foi perguntado a mesma sobre como ficou o funcionamento das ações administrativas da escola, durante o fechamento provocado pela pandemia, conforme perguntado ela ressalta que:

“Com o início da pandemia em março de 2020, todos nós fomos pelos de surpresa, principalmente por tem que fechar as escolas por não saber o que fazer diante de uma situação grave vivenciada mundialmente, com isso as escolas tiveram que fechar suas portas e as aulas suspensas para evitar contaminação do vírus. Daí o tempo passa a situação só piora, e em abril tivemos que abrir a escola de forma regulada tomando os devidos cuidados,

pois a escola precisava manter em duas todas as questões burocráticas, foi organizada uma escala de dias para a escolar resolver essas questões. Eu representante da escola na pessoa da direção tinha que vir a escola sempre que possível e junto a mim a agente administrativa pois alguns documentos seriam necessário a presença da mesma. Foi difícil ter que lidar de forma regrada com as ações escolares, mas conseguimos dar conta e deixar tudo em dia.”

Diante da fala da gestora fica perceptível que mesmo vivenciando momentos difíceis o trabalho não podia parar, pois a escola poderia até estar de portas fechadas, mas não podia parar de funcionar. Dessa forma foi questionado sobre qual seu maior desafio enfrentado por ela e sua equipe na comunidade escolar, e salientou que:

“O maior desafio foi com os pais, pois houve resistência por parte deles em manter seus filhos frequentando as aulas mesmo que remotas, não tinham um compromisso com a escola, com os professores nem mesmo com seus filhos, a maioria possuía sim acesso aos meios e aparelhos tecnológicos para acompanhar as aulas.”

“E outro ponto muito relevante foi para os alunos sem acesso à esse meios, que recebiam apostilas de atividades impressas, isso quando os responsáveis iam buscar, dificultando assim o trabalho do professor e toda equipe escolar é manter de forma

organizada as demandas de sala de aula e da escola. A falta de compromisso foi imensa, e os pais não davam justificativas plausíveis, apenas relatavam que esqueciam ou que seus filhos não queiram responder ou participar da aula.”

“Já com a outra parte da comunidade escolar, seja professores e funcionários a relação foi bastante positiva ambos seguiam sua escala de trabalho assim permitindo que a escola não parasse de funcionar.”

Partindo desta fala da gestora, logo lhe foi perguntada sobre como acontecia o planejamento com a equipe escolar para elaboração de estratégia de funcionamento da escola mesmo que “fechada” e com pouco entusiasmo a gestora relata que: *“Planejar estratégias de bom funcionamento foi de grande importância pois era necessário organizar uma escala de dias para cada funcionário comparecer a escola e realizar suas determinadas funções. Pois assim a escola se manteve organizada seja nas questões administrativas quanto nas questões de higiene, pois nosso compromisso em zelar do ambiente escolar foi uma das Josias estratégias, para assim manter a qualidade dos departamentos da escola a espera dos alunos no retorno às aulas presenciais.”*

Analisando o desempenho da equipe gestora na escola mesmo diante das dificuldades advindas pela pandemia, pode-se perceber que foi dado o melhor com as condições que tinham diante do cenário pandêmico. Com isso a gestora cita que no período dessa crise sanitária foi adotada pela escola uma ação voltada aos alunos, aos pais e professores, pois direção e coordenação saíam de casa em casa dos alunos levando as atividades para que os alunos que não participavam das aulas remotas pudessem participar das aulas, assim tentando evitar a ausência dos alunos em não cumprir com suas tarefas e reforçando também a participação dos alunos que já estavam inseridos nas aulas remotas.

Ao entrevistar a Coordenação da escola, foi coletado informações sobre sua prática diante do contexto em que a escola estava vivendo, como é lidar com o corpo docente nesse período de pandemia, citar quais pontos positivos e negativos, diante disso a coordenação respondeu que:

Como tudo diante desse momento em que vivemos e ainda estamos vivendo tudo é novo e consigo traz complicações, mas com cautela, estudo e empatia conseguimos lidar da melhor forma possível em todas as quantos que ocorrem,

e não é diferente com os professores, o relacionamento entre coordenador e professor foi positivo em termos de realização de planejamento em prol de melhoria no desenvolvimento das aulas, prezando pela qualidade da educação e aprendizagem dos alunos, houve pontos positivos como a contribuição de todos os professores diante das demandas que a eles eram atribuídas, já um ponto negativo eram aqueles que toda instituição passou diante deste cenário, que foi a falta de aulas presenciais, pois sabemos que a escola é o ambiente em o aluno para bastante tempo, e com isso é o lugar de aprendizagens significativas e até mesmo de refúgio para alguns alunos, pois sabemos que a realidade de muitos é dura, seja ela causada por violência ou até mesmo a necessidade de alimentação, entre outros fatores.”

Por meio deste relato, ressaltando que os professores participaram ativamente das atribuições que lhes eram concedidas, com isso a gestora conta que para manter a qualidade nas aulas *“eram realizados encontros para planejamento das aulas, os professores participavam cada um em seu determinado dia, compareciam a um local estabelecido pela coordenação em*

consenso com o professor para realizar a determinada ação”

Para evitar a evasão dos alunos, nós quanto equipe gestora, direção e coordenação realizamos uma ação na qual foi a *“nossa ida na casa de todos os alunos que apresentavam ausência nas aulas e falta de compromisso nas apostilas disponibilizadas, com isso reforçamos a importância de comparecerem para entrega e devolutivo das apostilas, e a respostas das aulas remotas.”*

Partindo das informações já citadas, a coordenadora finaliza o questionário respondendo qual sua maior dificuldade nesse período e afirma que foi Planejar de forma inovadora, de forma que atendesse a todos os alunos e professores da melhor maneira possível, sabe-se que a ação de planejar é constante, mas diante do cenário vivido tinha que reorganizar ideias e estabelecer metas claras e sucintas a serem alcançadas, o embasamento teórico deste trabalho se deu por meio de leituras de textos de autores como: Dalmás, Luck, Libâneo, Saviane, Moreira e Silva, entre outros que serão encontrados no decorrer da leitura, foi embasado em alguns documentos como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Constituição Federal e Plano Decenal de educação.

Os resultados desta pesquisa foram satisfatórios, finalizando assim a pesquisa, pode-se perceber que o gestor foi desafiado constantemente em suas ações, sejam elas nas questões administrativas quanto às pedagógicas, dessa forma fica evidenciado a importância de uma gestão escolar bem estruturada, dificuldades sempre irão existir mas se pensadas de forma estratégicas serão solucionadas com êxito mestria, provocando amadurecimento de ideias profissionais diante de qualquer contexto, por isso é fundamental fazer a diferença em qualquer linha de atuação profissional principalmente quando se trata de educação.

CONCLUSÃO

O gestor escolar é um profissional no qual exerce um papel fundamental numa escola, ele é o responsável em garantir o sucesso do ambiente de atuação, assegurando assim o desempenho positivo da escola, lida com situações em busca de soluções de problemas na qual não prejudique a escola como um todo. É o profissional que lida desde as questões administrativas até as pedagógicas, é quem lidera toda comunidade escolar, unindo todos em prol do bom desenvolvimento da

escola, executa ações e elabora documentos em conjunto, no qual devem ser seguidos por todos os membros da comunidade escolar.

É de grande importância para gestão escolar criar um ambiente acolhedor,

incentivador e inovador, pois é dessa forma que garante a participação de todos em melhoria e qualidade no ensino, assumindo papel de articulador garantindo assim que todos os alunos atinjam os objetivos desejados.

Planejar é uma das atribuições de um gestor, ele é o responsável por analisar toda a situação do contexto em que seu ambiente de atuação está inserido e assim desenvolver juntamente com toda comunidade escolar, estratégias de atuação. Dessa forma é essencial o ato de planejar e executar ações diante de uma escola. É atribuído ao gestor grandes responsabilidades educacionais por parte das demandas da escola, com isso é importante uma atuação flexível e aberta ao diálogo em todas as situações.

Com a propagação do coronavírus, apavorando mundialmente toda população, principalmente a quem está ligado a educação, pois são profissionais que tiveram que desenvolver habilidades de inovar em seu fazer cumprindo isolamento,

dando continuidade ao processo educacional de ensino e aprendizagem dentro de suas próprias casas, para assim amenizar o impacto causado pela pandemia na educação.

Dessa forma por meio da elaboração deste artigo os objetivos foram alcançados, pois deu para entender o real papel do gestor escolar e sua atuação num ambiente educacional, pois os desafios são grandes e esse profissional deve estar atento as todas questões que envolvam a comunidade escolar e investigar os passos da atuação do gestor possibilitando uma reflexão na qual devemos repensar sobre o gestor em ser aquele que apenas ordena e sim como um profissional humano, que ouve, que lidera de forma democrática, une pessoas, com isso fica firmado a grande importância de entender um gestor e suas atribuições.

Essa pesquisa oportunizou grande aprendizado e uma reflexão sobre a temática gestão, tendo em vista que poderá ser ainda problematizado e pesquisado futuramente em alguns estudos, por se tratar de um tema tão importante e de grande complexidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1934. Brasília, DF: Presidência da República, 1934. Disponível em; <http://www.planalto.gov.br/ccivil-3/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 12 de janeiro de 2022.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/constituicao88. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

Lei nº 4.024/61, 20 de dezembro de 1961. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1961. Disponível em; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm Acesso em: 14 de janeiro de 2022.

_____. **Lei nº 9.394/96, 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF:MEC, 1996.

_____. **Ministério da Educação (MEC).** Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: MEC, 1962.

_____. **Ministério da Educação (MEC).** Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal nº 13.005/2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543plano->

nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014

Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

DALMÁS, Angelo. **Planejamento participativo na escola: acompanhamento e avaliação**. Petrópolis, RJ; Vozes, 1994.

GADOTTI, Moacir. **Pressuposto do projeto pedagógico**. Cadernos Educação básica- O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas. MEC/FNUAP,1994.

LIBÂNIO, J.C **Organização e Gestão Escolar**; teoria e prática.4.ed. Goiania; Alternativa 1992.

.J.C, OLIVEIRA, João Ferreirade, TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar; políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

(Coleção e Docência em formação) LUCK, Heloísa. **Dimensões da Gestão Escolar e suas competências**. Curitiba; positivo 2009.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu (org) **Currículo, cultura e sociedade**; 2º edição revista-São Paulo: Cortes.1995.

SAVIANNI D. **Educação: do senso comum a consciência filosófica**. São Paulo; Cortez editora; autores associados, 1998.

UNICEF, **Declaração Mundial sobre Educação para todos**. Conferência de Jomtien-1990. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todosconferencia-de-jomtien-1990>



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR PARA CONDUZIR PROFESSORES EM TEMPOS DE PANDEMIA/AULAS REMOTAS: Uma análise de vivências em escolas da cidade de Penedo/Alagoas

Maria Gerlânia dos Santos¹

Tatiane Jaíne do Santos Souza²

Sandra Cristina de Sousa Alves³

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir sobre o papel do gestor escolar em suas ações, antes e durante à pandemia, identificando assim de forma clara seus desafios e sua atuação nos espaços escolares. É notável que a gestão vem passando por transformações diárias no cenário atual, com isso é indispensável entendermos o papel desse profissional diante desse contexto na qual a O objetivo deste estudo é investigar os principais desafios do gestor para gerenciar a instituição em todas as dimensões nesse tempo de pandemia da Covid-19. Ao mesmo tempo buscou-se uma compreensão teórico-prática sobre os principais desafios do gestor para gerenciar a instituição em todas as dimensões no período atual e assim compreender sobre os métodos de intervenção e sua influência diante das implicações educacionais em relação a sistemática de aulas remotas. À vista disso, foi utilizada a seguinte metodologia: a pesquisa bibliográfica, documental através de livros e artigos, aliada à pesquisa de campo configurada como estudo de caso. O instrumento utilizado nessa pesquisa foi a entrevista por meio de

¹ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo-Alagoas. Endereço eletrônico: santosgerlaniahj@gmail.com

² Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo-Alagoas. Endereço eletrônico: tatianejhainne@gmail.com

³ Pedagoga. Bacharela em Direito. Pós-graduada em Diretos Processuais pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (Cesmac) e em Direito Educacional pela Faculdade Pio X/Cenfap. Professora do curso de Pedagogia da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo e Servidora Pública da área de educação do município de Penedo/Alagoas. Endereço eletrônico: prof.sandra@frm.edu.br.

questionário, realizada de maneira remota com os gestores das instituições. Este estudo teve como consistência de embasamento teórico autores como: BORSTEL (2020), CORREA (2012), CURY (2007), FIORENTIN (2020), GADOTTI (2004), IMBERNÓN (2010), LALANDE (1996), LÜCK (2006), MAYER (2020), MORIN (2002), SILVA (2009), foi citado também a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2020) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (1996). De acordo com estudos feitos nos últimos meses constatou-se a necessidade de fundamentação da pesquisa baseadas na atuação do gestor escolar, bem como, a análise de suas habilidades de planejamento, ações didáticas, procedimentos pedagógicos, direcionamentos e também a análise da participação dos demais atores que compõem o processo educacional nesse novo contexto. Nessa perspectiva, considerou-se que com a pandemia, surgiu a necessidade de reestruturação em todos os setores da escola, inclusive e principalmente nas práticas de gestão.

PALAVRAS CHAVES: Desafios, gestor escolar, análise, pandemia, métodos.

INTRODUÇÃO

O referido artigo acadêmico se propôs a descobrir os principais desafios enfrentados por gestores escolares do município de Penedo- AL, durante aulas ministradas de forma remota na Pandemia de Covid-19. Sua principal metodologia está diretamente ligada à pesquisa bibliográfica e de campo tendo como objeto principal a identificação das barreiras mais intensas que o gestor como figura de grande relevância no processo educacional emancipatório e participativo é submetido, e desta maneira, conseguir entender como ele (gestor) conseguiu atender as demandas oriundas das inúmeras divergências que configuram sua identidade profissional, durante esse tempo singular que o mundo está a vivenciar com a Pandemia de Covid-19.

Neste caso, o presente estudo acadêmico buscou em primeiro plano uma ampliação de conhecimentos acerca das inúmeras dificuldades encaradas pela figura do gestor escolar em período pandêmico, frente à conduta de todo o corpo pedagógico que constitui o ambiente sócio educacional, em especial os docentes. É válido destacar que em razão da pandemia do novo coronavírus, houve a substituição do ensino

presencial pelo ensino remoto. Por este fato, o objetivo principal deste estudo foi o de identificar quais os maiores obstáculos e impedimentos vividos no dia a dia do gestor durante todo o período letivo.

De acordo com estudos feitos nos últimos meses constatou-se a necessidade de fundamentação da pesquisa baseadas na atuação do gestor escolar, bem como, a análise de suas habilidades de planejamento, ações didáticas, procedimentos pedagógicos, direcionamentos e também a análise da participação dos demais atores que compõem o processo educacional nesse novo contexto. Nessa perspectiva, considerou-se que com a pandemia, surgiu a necessidade de reestruturação em todos os setores da escola, inclusive e principalmente nas práticas de gestão.

Todavia, para o enfrentamento desta crise atual no sistema instrutivo, compreende-se sobre a necessidade de uma gestão educacional fundamentada em princípios de caráter democrático e participativo. É fundamental que ações e métodos inovadores sejam aplicados no seio escolar, afim de contribuir na estruturação do planejamento da instituição e no enfrentamento das divergências que ocorrem no decorrer de todo o ano letivo,

neste caso, frisa-se a adoção das aulas remotas como estratégia durante o período de isolamento social em decorrência da pandemia do Covid-19.

É essencial que para superar as tantas complexidades vividas frente à gestão de uma escola, o gestor deve levar em considerações pontos principais de uma frequência que caminhe rumo ao desenvolvimento elevado da instituição como um todo, buscando sempre um planejamento flexível e rico em propostas, fundamentado no trabalho em equipe e que busque superar quaisquer obstáculos que venham a surgir durante todo processo, entretanto deve-se viver baseando-se nos bons exemplos do próximo, bem como nos erros e acertos que a caminhada submetem-nos.

Face à pesquisa desenvolvida e partindo da análise e do acompanhamento da gestão em campo educacional, pôde-se compreender o quão fundamental e oportuna é a presença de um líder preparado, que possui competências e habilidades capazes de elevar o padrão de ação de sua equipe, pois com a pandemia da Covid-19 e com a introdução das aulas remotas cresceu a necessidade de formar profissionais de grande valia moral, além disso, tornou-se indispensável que sejam

conscientes sobre a missão de construir um futuro pautado na solidariedade e na inclusão coletiva, a fim de atender todas as exigências do contexto atual.

DESAFIOS ENFRENTADOS POR GESTORES NA CONDUTA DE PROFESSORES PARA EXECUÇÃO DAS AULAS REMOTAS.

Durante a execução da pesquisa percebeu-se serem notórias as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação, em especial aqueles que gerem instituições com zelo e propriedade durante um ano letivo em período pandêmico. Estar à frente da administração de uma escola é uma tarefa extremamente desafiadora, mas não impossível quando se trabalhada seguindo o que ordena a lei. Os últimos dois anos têm sido marcados por conflitos e desafios extremos em diversos campos de atuação, e na área da educação não foi diferente. Para se entender, em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo vírus (SARS- CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan na China e desencadeou uma pandemia mundial da COVID-19.

Seguindo as medidas de isolamento social, proposta pelo Ministério da Saúde Brasileiro, adotada como uma das medidas de proteção para controle da

disseminação do vírus, surgindo como a única solução viável para que todos pudessem dar continuidade ao processo de ensino em novo conceito na metodologia das aulas: ensino EaD - Educação à Distância e o ensino híbrido. Afim de dar continuidade no processo educativo dos alunos, os gestores municipais e escolares buscaram uma linha de raciocínio baseadas em propostas construtivas e inovadoras a serem trabalhadas dentro de cada instituição e conseqüentemente em “sala de aula virtual”, assegurando o funcionamento ativo dos professores e a aprendizagem dos alunos.

Diante do que está sendo abordado, Silva (2009) apresenta-nos uma compreensão de extrema relevância ao que remete a função do gestor escolar como: “[...] o principal articulador na construção de um ambiente de diálogo e de participação propício para melhor desenvolvimento do trabalho dos profissionais e, conseqüentemente, para o sucesso do processo educativo pedagógico” (SILVA, 2009, p. 2). Diante de tal contexto, tem-se a figura do gestor como protagonista na tomada de decisões construtivas. Ainda assim, agrega-se ao seu papel um valor incalculável de sua figura no contexto real e no andamento de ações voltada ao

planejamento escolar e na escalada de ajustes do ensino remoto.

Embora se saiba das inúmeras dificuldades que o trajeto implica, o ensino remoto exige de todos um empenho maior, mas que na realidade dos fatos surgem barreiras ainda maiores. São inúmeros os casos onde os professores são totalmente despreparados e desprovidos de equipamentos tecnológicos para a elaboração das aulas, além de adotar metodologias incoerentes com os níveis de aprendizagem dos alunos, como também a carência do apoio e incentivo familiar que não é concretizado. Muitas vezes o problema se encontra no fato dos pais de alunos não obterem equipamentos tecnológicos básicos para assistir e acompanhar as aulas, sendo o pior quando se omitem a participar das aulas e responder as atividades.

“É preciso aprender a enfrentar a incerteza, já que vivemos em uma época de mudanças em que valores são ambivalentes, em que tudo é ligado” (MORIN, 2007, p. 84). Desse modo, compreende-se que a educação prevista para o futuro será marcada por caminhos meramente duvidosos, e nessa perspectiva é possível compreender o por quê das mudanças no cenário educativo atualmente. De fato,

sempre foi postulado que a escola necessitaria de mudanças e transformações, mas não se imaginou que uma pandemia conseguiria transformar uma realidade dita como “comum” em um extremo padrão a ser seguido, onde vive-se em um tempo marcado pelo distanciamento e isolamento social.

Desde a implementação do ensino através de aulas remotas na educação básica, o gestor figura importantíssima dentro do processo educativo, buscou ampliar seus objetivos e atingir resultados o máximo possível. Firmou parcerias com todo o corpo docente e traçou seu planejamento de uma forma totalmente diferente, mas adequada ao momento atual. Destaca-se o papel da família como fundamental para a continuidade e o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem dos alunos, como também, se faz necessário o acompanhamento desses para a efetivação do conhecimento.

O USO DAS TICs COMO ESTRATÉGIA FUNDAMENTAL PARA PROFESSORES NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.

Com o advento da era digital e suas transformações, pode-se considerar que as mudanças se fizeram presentes na educação

com mais força devido aos impactos causados pela pandemia, sendo assim, se fez necessária uma modificação bastante significativa referente à metodologia das aulas, substituindo-se o ensino presencial pelo ensino remoto. É um processo ainda longo até que se chegue a todas as classes, porém, entende-se essas transformações como fatores de melhoria e inovação.

Com a chegada do coronavírus houveram grandes alterações nas atividades escolares, professores estão lutando para adaptar-se às novas rotinas sem aulas presenciais, aproveitando recursos tecnológicos para preparar os alunos com atividades, embora muitos alunos não disponham de equipamentos básicos necessário para estudar em casa como: celular, computador e o acesso à internet. Sendo assim decisão dos administradores em adotar o ensino à distância, que está sendo uma campanha de diálogo com toda a comunidade escolar.

Seguindo o decreto N°69541 de 19/03/2020 que determinou situação de emergência no Estado de Alagoas e intensificou as medidas para enfrentamento da COVID-19 (Coronavírus), e emergência na saúde pública de importância internacional, decorrente da doença no âmbito do de todo Estado de Alagoas e deu

outras providências. Com o isolamento social, advindo da política de distanciamento, as escolas e por conseguinte alunos e professores se viram com a necessidade da utilização maciça de ferramentas digitais em substituição às aulas presenciais pois, a pandemia reforçou que a sociedade, a escola e as famílias precisam reinventar-se a cada dia.

No entendimento de Borstel; Fiorentin e Mayer, (2020, p. 37) o uso das Tecnologias da Informação e Comunicações (TICs) em ambiente educacional já vem sendo discutido. No entanto, como uma forma de aperfeiçoamento nas formas e métodos de ensino, vejamos:

Há bastante tempo, discute-se a relação entre as tecnologias educacionais e o papel da escola diante da cultura digital, partindo do princípio de que usar tecnologias na escola significa aprimorar o processo de ensino-aprendizagem. A mobilidade e o acesso à informação são uma condição para as sociedades contemporâneas. A tecnologia tem evoluído vertiginosamente. Contudo ainda se observava um descompasso tecnológico quando se tratava do contexto escolar, onde significativa parcela de professores não via a necessidade de adaptar suas práticas de ensino

às propostas e possibilidades dos recursos tecnológicos.

A partir dos necessários ajustes que o ensino remoto e as TICS exigem serem dominados pelos professores em sala, torna-se importante a figura do gestor nesse processo aliando-se a sua equipe pedagógica com o intuito de acompanhar e redefinir planejamentos, como também avaliar e incentivar a todos os docentes em suas metodologias, isto de certa forma, contribuirá para que o ensino torne-se efetivo para os níveis de todos os educandos, como também no processo de adequação de métodos viáveis a serem aplicados pelo docente.

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM EQUIPE NA ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO DAS AULAS REMOTAS.

Se faz necessário um trabalho participativo como explica o Art. 14, incisos I e II, da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que define a elaboração do projeto pedagógico da escola pelos professores contando com a participação da comunidade escolar, como princípio na definição de normas de gestão democrática do ensino público. Atualmente, realizadas por meio de

reuniões online a equipe pedagógica pode e deve decidir linhas de seguimentos durante os semestres letivos, moldados por uma flexibilidade disposta em seu currículo e em suas tomadas de decisões, visando essencialmente o aprendizado dos discentes em sua cultura e condição durante esse período de isolamento social.

Conforme analisa Lück, (2006, p. 33-34) “O conceito de gestão resulta de um novo entendimento a respeito da condução dos destinos das organizações, que leva em consideração o todo em relação com as suas partes e destas entre si, de modo a promover maior efetividade em conjunto”. Essa perspectiva nos permite uma reflexão no contexto atual, embora a maioria dos gestores insistem na ideia de que sozinhos eles podem tudo, errando perigosamente em sua conduta. Ainda assim, para uma compreensão absoluta reflete-se o pensamento da autora quando se refere da lógica da gestão:

Em linhas gerais, a lógica da gestão é orientada pelos princípios democráticos e é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre orientação, organização e planejamento de seu trabalho e articulação das várias dimensões e

dos vários desdobramentos de seu processo de implementação. Luck (2006, p.36)

O engajamento da equipe pedagógica é uma importante ferramenta na elaboração do planejamento educacional, e nessa perspectiva pode-se associar o pensamento de Edgar Morin (2002a, p. 89), onde ele afirma que “É preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une”. Ideias semelhantes a esse raciocínio quando postas em ação contribuem para um ensino eficiente. No período atual em que se sobrevive e luta-se duramente contra uma pandemia, o ensino necessitou de uma mudança imediata com a adoção das aulas remotas, isso implicou em todo o planejamento educacional do ano letivo e de uma maratona de fatores para que as escolas conseguissem minimizar ao máximo os prejuízos ao processo de aprendizagem.

Percebeu-se ao longo desse estudo que um dos elementos prioritários na conduta dos docentes é o incentivo à formação continuada, afim de que novos saberes e aptidões sejam adquiridos pela figura do professor. Conforme o que prevê a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em material específico “Guia Para Gestores Escolares – Orientações Para

Formação Continuada”, mudanças fazem parte do seio escolar e da mesma forma desafios ainda maiores surgem ao longo das etapas e dos anos que procedem, assim, nessa perspectiva, considera-se o seguinte argumento estabelecido pelo guia:

As constantes mudanças na sociedade e na escola indicam a necessidade de os professores desenvolverem continuamente novos conhecimentos e habilidades para lidar com os desafios do cotidiano escolar e dos contextos de aprendizagem, o que justifica a importância de proporcionar uma formação docente continuada de qualidade. Assim, o processo de ensino aprendizagem pressupõe, cada vez mais, um professor que detenha conhecimentos específicos de uma etapa, área ou componente aliados à didática e aos meios de aprendizagem de seus estudantes. (BRASIL/ 2020, p. 15)

De fato, é necessário que os professores se tornem e concedam a si mesmo o papel de protagonista na construção do saber, alinhando-se por meio de propostas inovadoras e construtivas, se desprendendo de métodos antigos e visões singulares. Segundo Imbernón, “a transformação na cultura profissional é lenta porque há a necessidade de interiorizar

os novos conhecimentos, adaptar-se a eles e viver pessoalmente a experiência de mudança” (IMBERNÓN, 2010, p.85).

A GRANDE IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA PARA O AMBIENTE ESCOLAR EM TEMPOS ATUAIS.

Sabe-se que os tipos de gestão obviamente variam de acordo com os objetivos de cada escola, é imprescindível que seja discutido e aplicado sobre as características que compõem a gestão democrática no ambiente educacional. O gestor escolar deve compreender que a transformação social de todos seja o objetivo real de todo e qualquer modelo de gestão, embora muitos profissionais da área sintam dificuldade de aderir a esse modelo pelo fato de caracterizar uma personalidade própria de cada gestor.

É importante assimilar que a escola é um ambiente de formação intelectual de seres pensantes e conseqüentemente atuantes. Faz-se necessário que o modelo de gestão seja de altíssima funcionalidade, e neste caso, parte-se do pressuposto de que funcionalidade esteja relacionada a um extenso caminho de mão dupla entre todos os envolvidos no processo de aprendizagem dos discentes. Em síntese, compreende-se

que “a gestão da educação, quando pensada numa perspectiva democrática, nos revela a necessidade de pensarmos numa escola que se caracterize não somente pelo gestor, mas que considere principalmente, a participação de todos os envolvidos”. (CORREA, 2012. p. 2)

É possível que alguns profissionais (gestores) sejam contrários à ideia de aplicar a gestão democrática. Neste caso, acredita-se que o empenho de atingir as metas e objetivos sejam encarregadas a uma única pessoa, ou seja, nele mesmo. Considera-se uma atitude desproporcional ao contexto atual que prioritariamente necessita da ação conjunta de todos os atores do processo educacional. Pois, com a chegada inesperada da pandemia mundial da Covid-19, todos os profissionais que formam a educação no Brasil tiveram que bravamente lutar e assim tornar-se símbolo de resistência em uma luta em prol de um futuro cheio de incertezas.

Diante de uma circunstância adversa pode-se aprender com ela, neste caso deve-se entender que com o advento das aulas remotas o ensino que as instituições tinham como consolidado e que sofriam anualmente pequenas variações no que se refere as adaptações de métodos e estratégias didáticas, acabou tornando-se

limitado para grande parte dos alunos e até mesmo para alguns professores. Essa constatação concretizou-se face as novas necessidades decorrentes das novas rotinas escolares, a pandemia da Covid-19 fez com que gestores juntamente com os gestores em educação dos entes federados criassem soluções viáveis para que o ensino viesse a prosseguir, sobretudo, sem perder de vista a luta por uma escola pública de qualidade, onde esteja firmado o processo de uma gestão democrática, a qual toda comunidade escolar possa intervir e contribuir no crescimento e no desenvolvimento coletivo.

Compreende-se um conceito de gestão democrática através de Gadotti:

A gestão democrática [...] se constituirá numa ação prática a ser construída na escola. Ela acontecerá à elaboração do projeto político pedagógico da escola, à implementação de Conselhos de Escola que efetivamente influenciam a gestão escolar como um todo e as medidas que garantam a autonomia administrativa, pedagógica e financeira da escola, sem eximir o Estado de suas obrigações com o ensino público. (GADOTTI, 2004, p.96)

A gestão democrática preocupa-se em desenvolver a autonomia do aluno, fazendo com que ele participe dos processos

educacionais de forma efetiva. Compreende-se que todos envolvidos dentro desse modelo contribuem diretamente nas medidas de decisões da escola, o gestor, como principal mediador deve levar em consideração o fortalecimento de vínculos em um prisma de conceitos éticos. De acordo com Lalande (1996, p. 384), a ética caracteriza-se como a “ciência que tem por objeto o juízo de apreciação, enquanto este se aplica à distinção entre o bem e o mal”. Faz-se entender que tal ciência caminha em uma lógica de conduta e que por ventura, torna-se de grande valia aplica-la aos planejamentos políticos e pedagógicos.

De acordo com o pensamento de Luck:

Um órgão colegiado escolar constitui-se em um mecanismo de gestão da escola que tem por objetivo auxiliar na tomada de decisões em todas as áreas de atuação, procurando diferentes meios para se alcançar o objetivo de ajudar o estabelecimento de ensino, em todos os seus aspectos, pela participação e modo interativo de pais, professores e funcionários. (LUCK, 2006, p.66)

Pode-se compreender a necessidade da participação eficiente entre todos os envolvidos no processo educacional

escolar. Este é um fator de grande relevância, pois a gestão democrática influi diretamente no fortalecimento do trabalho coletivo e deve ser instituída desde sua implantação no Projeto Político e Pedagógico (PPP) da escola. Podemos considerar a gestão democrática como um instrumento funcional, cujo objetivo esteja relacionado dentro das possibilidades de análise e de estratégias de superação de desafios atuais e futuros.

Entende-se que o gestor escolar que trabalha com a participação democrática consegue atingir os objetivos específicos da instituição de ensino de forma eficiente. Com o envolvimento pedagógico é possível traçar soluções para descobrir e aplicar os métodos viáveis sobre os processos que implicam nas dificuldades enfrentadas diariamente em espaço escolar, seja em sala de aula e até mesmo em comunidade. É fundamental que o trabalho em equipe esteja fundamentado na democracia escolar e em uma gestão escolar participativa.

Cury (2007, p. 494), revela-nos que o trabalho da equipe gestora implica em,

[...] transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para o processo de decisão baseado na

participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é a administração de uma gestão concreta.

O posicionamento de Cury (2007) faz todo sentido pois, os gestores escolares são os principais responsáveis em articular as ações das instituições de ensino. Embora seja um processo repleto de dificuldades, as funções do gestor manifestam-se na busca pela garantia da participação de todos os envolvidos no processo educacional, nessa perspectiva se faz presente a gestão democrática, que empenha um papel importantíssimo a favor da transformação social dos educandos.

Em síntese, o atual momento onde a educação brasileira enfrenta tantas incertezas e desafios, compreende-se sobre a necessidade de repensar um modelo de gestão propício para conseguir atender a tantas demandas diferenciadas diante dos novos tempos. Fez-se necessário um novo planejamento para adaptar a retomada do ensino às exigências das aulas no formato remoto. Assim como o gestor, os coordenadores, professores, a família e os alunos tiveram grande relevância na

participação em conjunto, na busca pela continuidade do processo educativo e desta forma adaptar-se ao “novo normal”.

Dessa maneira, pode-se entender que em meio a tantas complexidades, o ensino remoto surgiu dentro do processo educacional como medida de solução. Atualmente as múltiplas formas de aprendizagem puderam permitir um amplo e novo olhar na educação de forma coletiva, inclusive as ações práticas decididas pela equipe pedagógica passaram ainda mais a ter vínculos sócio educacionais, sendo pautadas principalmente na inclusão social, na igualdade e na solidariedade dos alunos em geral.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo utilizou-se de pesquisa bibliográfica que serviu de embasamento teórico das ideias teóricas aqui apresentadas aliada à pesquisa de campo para que as pesquisadoras pudessem verificar nos casos concretos como estavam sendo desenvolvidas as teorias sobre o tema escolhido. Como principal instrumento para coleta de dados questionários de entrevista, os quais foram aplicados a professores, diretores e coordenadores das escolas-campo de pesquisa. Os dados foram

coletados com intuito de comprovar os possíveis resultados propostos no decorrer da investigação nesse estudo. Os métodos de pesquisa utilizados encontram-se alinhados com o objetivo de investigação sobre os principais desafios do gestor para gerenciar a instituição em todas as suas dimensões, nesse tempo de pandemia do Covid-19.

Nessa pesquisa foram abordados dois métodos: o qualitativo - Nesse processo da pesquisa acadêmica, não somente buscou-se números para compor um resultado efetivo, mas sim, a compreensão de uma trajetória que levou ao problema do trabalho. E o método quantitativo que é baseado em números para conclusão dos resultados. Essa abordagem foi necessária para validar as hipóteses apresentadas e para coletar os dados e informações necessárias. Devido à manutenção de medidas sanitárias de distanciamento social e também pelo período de execução da pesquisa de campo haver coincidido com o período de férias anuais nas escolas, os formulários de entrevistas foram remetidos para os entrevistados em formato online.

Segundo estudos realizados no decorrer da análise aqui apresentada,

entende-se que é extremamente necessário um amplo conhecimento acerca das funcionalidades dos principais órgãos competentes que compõem e auxiliam na organização da gestão escolar como um todo, a propósito, esta pesquisa teve como objetivo fundamental a busca pela compreensão do trabalho exercido pelo gestor, coordenador e professor em meio a pandemia do Covid-19, além disso, buscou-se uma sondagem sobre a importância do trabalho em equipe por todo o corpo pedagógico, e com isto, tornou-se necessário que por meio da investigação do contexto em que a questão pesquisada ocorreu, conclui-se pela necessidade de um planejamento flexível e integrado entre esses atores do processo educativo escolar.

A participação dos entrevistados deu-se por um processo repleto de dificuldades, frisa-se a não cooperação dos órgãos competentes, a falta de comprometimento profissional por parte de gestores e professores de determinadas escolas municipais e também da rede privada, de fato, foi um percurso de extrema complexidade e de certa forma acarretada por um não acolhimento acadêmico. Notou-se que alguns gestores enxergam somente os problemas que a profissão os impõe,

fazendo com que o percurso das pesquisadoras seja ainda mais dificultoso e repleto de omissões. Assim, em meio a diversos empecilhos e ausência do público alvo, conseguiu-se por meio de muita insistência, escolas que se dispuseram e se comprometeram com a pesquisa aqui desenvolvida, assim fornecendo os dados suficientes para conclusão deste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico apresentaremos as discussões dos resultados da pesquisa de campo feita com dois gestores escolares, um coordenador pedagógico e três professores realizada por meio da aplicação dos questionários. O mesmo aconteceu via formato remoto, em decorrência dos altos casos de contaminação da pandemia do covid-19. Concluiu-se a partir dos resultados aqui apresentado sobre o quanto é fundamental para o gestor manter um nível de associação concreto com os demais envolvidos e assim superar os desafios de forma um mais leve, pois, “no novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico – crítico, participativo, aberto ao novo colaborativo, resiliente, produtivo e responsável, requer o desenvolvimento de competências para

aprender a aprender”. (BRASIL/BNCC, 2017, p. 15).

1 Como você enquanto gestor tem feito para mobilizar as ações para as aulas em formato remoto?

GESTOR 1	GESTOR 2
<p><i>Tive que me reinventar, que me adequar, dessa forma foi exigida uma capacidade de liderança cada vez maior. Saber unir mais a equipe, ouvir opiniões e buscar soluções para os obstáculos encontrados e em conjunto com as equipes escolares foi construir um plano de ação que promovesse a colaboração e inovação de práticas psicopedagógicas entre os educandos e assim encontrar meios de disponibilizar acesso às atividades escolares a todos, seja da forma online, seja com atividades impressas com suporte.</i></p>	<p><i>Unindo a equipe, pais e alunos por meio de salas virtuais, ouvindo e buscando aprimorar e solucionar possíveis problemas.</i></p>

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Tabela 2 – Qual foi o planejando didático utilizado nesse período de pandemia da Covid-19?

GESTOR 1	GESTOR 2
<i>Foi através do plano de ações, em 2020 os docentes recebiam orientação para planejar seu planejamento semanal, suas aulas, suas ferramentas a utilizar e uma vez na semana reunia-se na escola com a equipe para ser verificado se estava atendendo os requisitos e depois executado, onde os professores recebia suporte. Em 2021 foi norteadado através do documento do estado o Recal de Alagoas com foco nas habilidades prioritárias da BNCC. E assim, ficava definido o que seria trabalhado e como seria desenvolvido o planejamento, promovendo sempre a participação e acesso de todos os alunos.</i>	<i>Continuamos utilizando o material didático e adequando as metodologias à nova realidade.</i>

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Tabela 3 – Quais os procedimentos usados em suas reuniões em relação à sala de aula, interação com a família do aluno e planejamento pedagógico?

GESTOR 1	GESTOR 2
<i>Sempre de forma democrática encontrar meios de disponibilizar e garantir o acesso às informações, ouvindo opiniões, sugestões e buscando soluções para superar as dificuldades. Sempre fazendo uma ponte com a família com visitas aos pais, fazendo uma busca ativa.</i>	<i>Reuniões periódicas por grupos de pais e alunos com informações e pauta nos grupos de WhatsApp.</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Tabela 4 -- De que forma a atuação do gestor escolar influencia o trabalho em sala de aula durante as aulas remota?

GESTOR 1	GESTOR 2
<i>De forma positiva, auxiliando os professores no desenvolvimento e assegurando a execução do planejamento garantindo a inovação de práticas pedagógicas para os educandos de</i>	<i>De forma positiva e significativa, pois, o gestor atuante acompanhando o trabalho pedagógico gera um avanço na qualidade de ensino, favorecendo a aprendizagem.</i>

forma satisfatória para aprendizagem dos alunos.

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Tabela 5 – A escola usou alguma estratégia para os alunos que não conseguiram acompanhar as aulas remotas? Quais?

GESTOR 1	GESTOR 2
<i>Foi ofertado suporte individual na escola uma vez por semana alunos com extrema dificuldade e o auxiliar de sala ofertou suporte com atividades impressas entregue nos domicílios dos alunos da educação infantil com extrema dificuldade.</i>	<i>Sim. Disponibilizamos atividades e roteiros de estudos impressos. Orientação dos professores por componente curricular por chamada de vídeo, áudio e mensagem de texto no WhatsApp.</i>

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Importante frisar a grande importância deste estudo com o intuito de enaltecer as fontes, possibilitar a compreensão de forma efetiva e esclarecedora. Observou-se a partir dos resultados das tabelas e dos questionamentos realizados que o coordenador escolar, assim como o gestor,

detém papel de extrema relevância em todas as dimensões e ações propostas juntamente a sua equipe. E desde a chegada da pandemia da covid-19 e o advento das aulas remotas a concretização de suas práticas tornou-se ainda mais fundamental no ambiente escolar.

Tabela 6 – De que forma a atuação do coordenador escolar influencia o trabalho em sala de aula durante as aulas remotas?

COORDENADOR 1	COORDENADOR 2
<i>O coordenador pedagógico é o mediador de todo esse processo desde a motivação do professor como o incentivo a participação ativa dos alunos e responsáveis.</i>	

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

7 Qual foi o planejamento didático utilizado nesse período de pandemia da Covid-19?

COORDENADOR 1	COORDENADOR 2
<i>Inicialmente preparamos todo o nosso corpo docente para esse novo formato de transmissão das aulas e</i>	

consequentemente os nossos alunos também, o trabalho da coordenação pedagógica ficou ainda mais intenso pois foi desenvolvido um atendimento personalizado aos professores, alunos e pais.

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Quadro 8 – Quais os procedimentos usados nas reuniões pela equipe em relação à sala de aula, interação com a família do aluno e planejamento pedagógico?

COORDENADOR 1	COORDENADOR 2
<i>Nossas reuniões durante o período da pandemia aconteceram no formato on-line pela plataforma do Google Meet buscando atender os segmentos de forma específica.</i>	

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Quadro 9 – Enquanto coordenador, quais os procedimentos usados para auxiliar esses professores que não se adaptaram com as tecnologias (habilidades para manusear essas tecnologias)?

COORDENADOR 1	COORDENADOR 2
<i>Nós preparamos alguns tutoriais apresentado a passa, a passo do funcionamento da plataforma utilizada para transmissão das aulas, isso se deu através de vídeos, slides e formações em tempo real através do Google Meet.</i>	

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Quadro 10 – Como funciona a relação entre a família e a escola? Os pais/responsáveis buscam intervir na educação dos alunos? Se a resposta for sim, cite exemplos dessas intervenções.

COORDENADOR 1	COORDENADOR 2
<i>Costumamos ter sempre uma relação muito próxima dos pais e/ou responsáveis, de maneira que todo e qualquer conflito seja</i>	

esclarecido com cautela e sempre propondo sugestões para melhoria da aprendizagem, portanto essa parceria família/ escola é de extrema importância.

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Assim como todos, os professores também necessitaram de adaptações para lidar com a realidade dos fatos, as aulas remotas representaram e representam ainda, um grande desafio para os docentes e educandos. Deve-se lembrar que em todo esse processo de adaptação para a continuidade do processo educativo, a participação da família no processo de aprendizagem dos alunos representa fator imprescindível, entendeu-se que o vínculo familiar é extremamente necessário e que esse vai muito além do acompanhamento acadêmico nos processos de aprendizagem dos discentes. O envolvimento familiar participativo configura-se na ideia de que “a família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas é também o centro da vida social. [...] A família tem sido, e será, a matriz mais poderosa para o

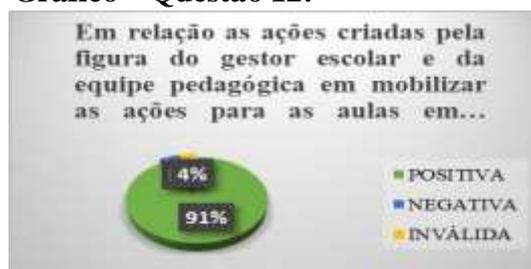
desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas”. Gokhale (1980, p.33)

Quadro 11 – Como você professor (a) junto a gestão escolar tem feito para mobilizar as ações para as aulas em formato remoto?

PROFES SOR 1	PROFES SOR 2	PROFES SOR 3
<i>Atualmente as aulas estão no formato presencial. O ano passado foram aulas remotas, a maior parte do ano. A gestão fazia a busca ativa incentivando os discentes a participarem das aulas.</i>	<i>Desenvolvi mento fórmulas que estimulem e traga o aluno para se fazer presente nas aulas remotas, através de vídeos demonstrativos, dinâmicas e etc. Melhorando assim o engajamento do estudante.</i>	<i>Fazendo ligações para os responsáveis para conscientizar sobre a importância de os alunos participarem das aulas e entrega de cronogramas de atividades para os alunos que possuem acesso à internet.</i>

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Gráfico – Questão 12:



FONTE: Dados da pesquisa (2022)

Tabela 12 – Enquanto professor (a), quais os procedimentos usados para auxiliar os alunos que não possuem recursos tecnológicos para acompanhar as aulas remotas ou que não possuem internet?

PROFESSOR 1	PROFESSOR OR 2	PROFESSOR OR 3
<i>Eram preparadas atividades semanais, enviadas para o email da escola, que se responsabiliza pela impressão do material e distribuição aos alunos que não tinham acesso as aulas online.</i>	<i>São feitas algumas atividades xerocopiadas que são entregues toda a semana na própria escola ou até mesmo levamos a residência do aluno.</i>	<i>Buscar conteúdos e trabalhar com materiais do cotidiano do alunado e conscientizar o responsável demonstrando a importância de sua participação na educação do mesmo.</i>

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Gráfico 2 – Questão 14



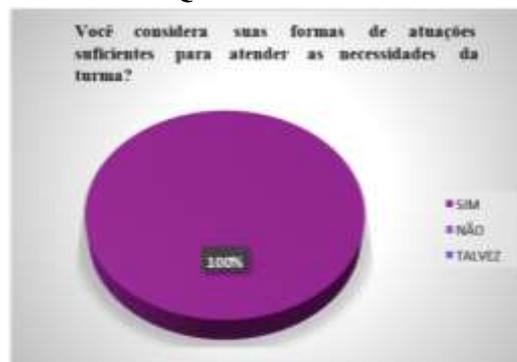
FONTE: Dados da pesquisa (2022)

Tabela 13 – Quais as formas de atuação do professor (a) consideradas essenciais no seu trabalho em sala de aula durante as aulas remota?

PROFESSOR R 1	PROFESSOR OR 2	PROFESSOR OR 3
<i>Compromisso com a aprendizagem, que no formato remoto se tornou mais difícil; Criatividade, para manter o aluno estudando através de uma tela de celular; Disponibilidade de um tempo bem maior de dedicação ao alunado.</i>	<i>Elaborar propostas pedagógicas, planejamento, colaborar com atividades entre a escola e a comunidade escolar, envolver os pais no processo de ensino dos filhos e principalmente zelar pela aprendizagem dos alunos.</i>	<i>Auxiliar na entrega dos cronogramas de atividades, dando apoio aos pais ou responsáveis e buscando sempre uma maior efetivação na aprendizagem dos alunos.</i>

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Gráfico 3 – Questão 16



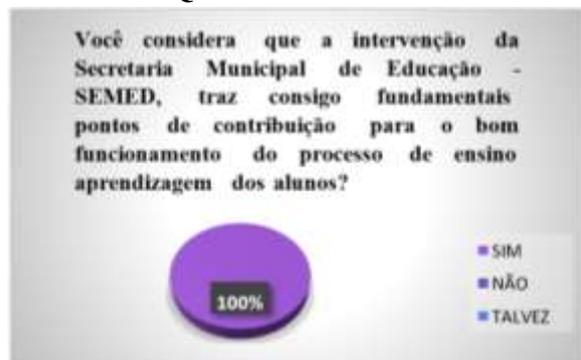
FONTE: Dados da pesquisa (2022)

Quadro 14 – Como a SEMED intervém no ambiente escolar? Quais os direcionamentos essenciais a serem seguidos pela secretaria de educação do município?

PROFESSOR 1	PROFES SOR 2	PROFESS OR 3
A SEMED norteia todo o processo de ensino/aprendizagem do município, dando o suporte necessário para o bom funcionamento da rede escolar.	Fazendo com que se cumpra o calendário escolar, dando suporte a qualquer eventualidade, criando temática para que os alunos participem e aprendam brincando.	Através de acompanhamento de resultado de avaliação que era aplicado presencial na escola e ficha de dados.

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Gráfico 4 – Questão 18

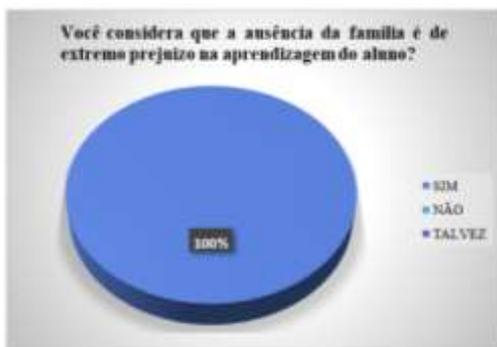


FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Quadro 15 – Quais as formas de atuação do professor (a) consideradas essenciais no seu trabalho em sala de aula durante as aulas remota?

PROFESSOR 1	PROFES SOR 2	PROFES SOR 3
Por se tratar do fundamental 2, pouquíssimos pais intervêm na educação de seus filhos. Mas há exceções, alguns apreciam escola com professores, auxiliando no processo de ensino/aprendizagem.	Esta relação vem sendo estabelecida aos poucos de forma continuada. Às vezes alguns pais querem intervir, tem pais que se impõe com algo que não acha de acordo para seus filhos, mas com diálogo e compreensão são tudo resolvido.	Uma pequena parte dos pais e responsáveis acompanham e auxiliavam nas atividades dos alunos, além de contribuir na questão de apoio motivacional dos educandos, mas, a grande maioria infelizmente não contribuía nessas partes.

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Gráfico 5 – Questão 20

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou sobre a necessidade de entender os desafios enfrentados por gestores escolares, diretamente ligados ao envolvimento das ações desenvolvidas no processo educacional durante a atual situação que o mundo está vivenciando mediante a pandemia do novo coronavírus, no entanto a educação em si, em que pese todos os esforços desenvolvidos pelos profissionais em educação, foi imensamente prejudicada, ao mesmo tempo que desafiada a se reestruturar de acordo com novos métodos e estratégias didáticas para o ensino, bem como as atividades prestadas por todo o corpo docente e a necessidade cada vez maior da participação efetiva da família durante todo processo de ensino dos educandos nos últimos dois anos letivos.

Observou-se uma grande contribuição ao se executar a pesquisa

bibliográfica que fundamentou este artigo, ampliando sobremaneira nosso conhecimento acerca do tema proposto, interligada à necessidade de convívio da prática para compreensão do enredo principal entre a realidade da família e da escola. Assim, foi possível compreender que existe um caminho de mão dupla entre ambas (instituição escolar e família), onde a instituição tem um papel fundamental para a continuidade do ensino, seja ele remoto, híbrido ou presencial e a família como um pilar que sustenta a ação educacional, mediante o incentivo.

Portanto, de acordo com os processos vividos na realização deste estudo, em especial na pesquisa de campo notou-se a imensa falta de comprometimento de alguns gestores escolares da rede municipal de Penedo-AL, a omissão repetiu-se diversas vezes fazendo com que o processo de desenvolvimento acadêmico se tornasse ainda mais dificultoso. As pesquisadoras deixam aqui um apelo a Semed/Penedo para que preparem e ressaltem a todos os gestores que compõem o Sistema Municipal de Educação sobre a necessidade de realizações de pesquisas no campo

educacional, pois é através da ciência que ocorre o desenvolvimento da sociedade.

Desta forma, recomenda-se fazer com que todos os envolvidos busquem contribuir de forma inclusiva, construtiva e eficaz na ampliação e no incentivo das pesquisas, melhorando as condições de receptividade e nos *feedbacks* para com os demais pesquisadores. Com isso pôde-se concluir que o gestor e sua equipe têm a capacidade e o poder de identificar barreiras que atrapalham e prejudicam o andamento do ensino.

Compreende-se, que o gestor escolar se configura como o ser a quem compete as principais habilidades na realização e no desenvolvimento educacional dos alunos, dentro do ambiente da escola, priorizando o aprendizado e a formação crítica e social dos discentes. A fim de melhorar tal realidade, os gestores assumem seu papel por meio de tomadas de decisões viáveis criando redes de apoio como base para que seja contornado qualquer tipo de dificuldade ou irregularidade no decorrer das etapas educacionais do processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALONSO, M.A **Supervisão e o desenvolvimento profissional do professor**. In: FERREIRA, N. S.C. (org.). *Supervisão educacional para uma escola de qualidade*. São Paulo: Cortez, 2002.

BORSTEL, Vilson Von; FIORENTIN, Mariane Jungbluth; MAYER, Leandro. **Desafios da Gestão em Tempos de Pandemia**. Secretaria de Estado da Educação, Cruz Alta, RS: Ed. Ilusão, 2020.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/Acesso> em: 21 de fev. 2022

BRASIL/**Guia Para Gestores Escolares**, 2020. Disponível em: https://undime.org.br/uploads/documentos/phpxSmjJl_5df923f8969f1.pdf. Acesso em: 23 de jan. 2022.

BRASIL, **Lei 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. São Paulo: Editora do Brasil, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 25 de jan. 2022.

CORREA. S.S. A gestão escolar e o processo de democratização da escola pública. In: IX Anped Sul – Seminário em pesquisa em educação na região sul. 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. RBPAAE, v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. **Autonomia da Escola**. 6. ed. São Paulo: Cortez, (Guia da escola cidadã; v.1), 2004.

GOKHALE, S.D. **A família desaparecerá?** Revista Debates Sociais. N. 30, ano XVI. Rio de Janeiro: CBSSIS, 1980.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes, 2006. Série Cadernos de Gestão v II.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional: Uma questão paradigmática**. Vol.1, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2006.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: pensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a.

MORIN, Edgar. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2007.

SILVA, M. A. **Qualidade social da educação pública: algumas aproximações**. Cadernos Cedes, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

DIREITO DO TRABALHO: DA RELEVÂNCIA DA PROTEÇÃO AOS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

*Bernard Pereira Almeida*¹⁵

RESUMO

O presente estudo trata do desenvolvimento inicial do Direito do Trabalho em nível internacional, pelas mãos da OIT e sua consequente absorção pelos ordenamentos jurídicos da maioria dos países ocidentais. Destaca ainda a relevância do direito laboral para os trabalhadores, no sentido em que lhes fornecem garantias normativas mínimas.

PALAVRAS-CHAVES: Direito. Direito do Trabalho. Ciências Políticas.

¹⁵ Bernard Pereira Almeida, Pós-Doutorando em Direito, Doutor em Educação, Mestre em Direito, Advogado e Professor Universitário.

INTRODUÇÃO

De primeiro, cabe destacar a origem do direito do Trabalho, em sua fonte internacional. Assim, o Direito Internacional do Trabalho surgiu em razão da luta de classe e das exigências dos trabalhadores, necessitados de garantias e normativas para regular o trabalho diante de inovações constantes na forma de se produzir, dos sistemas econômicos e das conjunturas políticas que ocorriam no mundo.

É nesse contexto que a Revolução Industrial, que se iniciou no século XIX, acendeu intensas transformações nas relações sociais e de trabalho, gerando a necessidade de adaptações ao fluxo migratório, ao desemprego, ao surgimento de sindicatos, poluição ambiental, dentre outras, como ensina Delgado (2010). Os ambientes fabris eram insalubres e não havia regulação de direitos trabalhistas, havendo a utilização de mão de obra infantil e feminina, extensas jornadas de trabalho (chegavam a dezoito horas diárias), o que acarretava impactos na saúde dos trabalhadores, inclusive com reiterados acidentes laborais. Tudo isso culminou no surgimento de diversos movimentos sociais, que reivindicavam direitos aos trabalhadores, com o intuito de humanizar a relação de trabalho.

Ao depois de inúmeros movimentos clamando pela introdução de mudanças nas relações de trabalho, principalmente os socialistas e anarquistas, deu-se início ao surgimento de manifestações isoladas, em diferentes países, com o intuito de proteger os trabalhadores.

Robert Owen foi um industrial, que apoiou o desenvolvimento da legislação trabalhista na Escócia, empenhando-se junto aos poderes públicos para melhorar as condições de trabalho, reduzir a jornada e regulamentar o trabalho de menores. A Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, de 1891, destacou-se como documento de apoio à classe trabalhadora, incentivando a proteção aos trabalhadores, a justiça social e a intervenção do Estado na economia para proteger os desamparados.

Por todo o mundo, diferentes resultados foram conquistados após a luta das classes trabalhadoras por melhores condições trabalhistas, resultando na produção de textos jurídicos para regular as relações de trabalho, como registra Delgado (2010). Pode-se citar a Constituição Mexicana, que foi a primeira a prever a limitação da jornada de trabalho para oito horas, a regulamentação do trabalho da mulher e do menor, férias remuneradas e proteção do direito da maternidade.

Já na Alemanha, Otto Von Bismarck, conhecido como o “Chanceler de ferro”, instituiu a lei de acidentes do

trabalho, reconheceu sindicatos, criando uma legislação social voltada para a segurança do trabalhador. Entretanto, como pontua Correira (2016) foi com o fim da Primeira Guerra Mundial e a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que se desenvolveu um Direito Internacional do Trabalho moderno.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, descritiva, de natureza qualitativa e bibliográfica, já que a análise se realizou em diversas fontes de pesquisas como conteúdo de livros, artigos científicos, sites e bibliográficas virtuais.

DA NORMATIZAÇÃO INICIAL À EXPANSÃO

Como é sabido, o Tratado de Versalhes, celebrado em 1919, que pôs fim oficial à primeira grande guerra, fez surgir a OIT. Sua Constituição foi redigida pela Comissão da Legislação Internacional do Trabalho, criada pelo Tratado. Assim, surgiu uma organização tripartite, que tem como objetivo a justiça social, como forma de garantir a paz mundial.

Gabriel (2009) menciona que a luta pelos direitos sociais intensificou-se com a Segunda Guerra Mundial, o que fez com que em 1944 fosse realizada pela OIT uma

Conferência nos Estados Unidos da América, que culminou com a Declaração de Filadélfia. Essa Declaração foi incorporada ao texto da Constituição da OIT em forma de anexo, elevando os direitos sociais ao nível de direitos humanos e sendo conhecida pelo famoso princípio de que “o trabalho não é uma mercadoria”.

Para Souza (2006), a Declaração reafirma os objetivos e princípios fundamentais sobre os quais deve repousar a Organização, ressaltando que a paz permanente só é alcançada quando se garante justiça social. Dentre outros importantes postulados da Declaração, pode-se destacar os de que “a liberdade de expressão e de associação é uma condição indispensável para um progresso constante”, “a pobreza, onde quer que exista, constitui um perigo para a prosperidade de todos”.

Referida Declaração também preceitua que “os princípios enunciados na presente Declaração são plenamente aplicáveis a todos os povos do mundo e que, se nas modalidades da sua aplicação tem de ser devidamente considerado o grau de desenvolvimento social e econômico de cada povo, a sua aplicação progressiva aos povos que ainda são dependentes, assim como àqueles que atingiram o estado de se governarem a si próprios, é um assunto que diz respeito ao conjunto do mundo civilizado”. Por fim, destaca-se que “A

Declaração antecipou e serviu de modelo para a Carta das Nações Unidas e para a Declaração Universal dos Direitos Humanos”.

Nessa toada, pondera Gonzalez (2015), três pilares fundamentam o surgimento da OIT: econômico, político e humanitário. Do ponto de vista econômico, tem-se a ideia de que não pode haver a implementação de direitos trabalhistas apenas por alguns Estados, pois isso inviabilizaria a competitividade no mercado internacional, em razão do impacto que as políticas sociais trabalhistas geram sobre a produção.

Já sob o aspecto político deu-se em razão do receio de que a indignação dos trabalhadores traduzida em movimentos sociais podia eclodir em uma revolução social (como de fato ocorreu na Espanha em 1936, capitaneada pelos trabalhadores anarquistas), desestabilizando o estado de ordem e de paz burguesa que se almejava. Por fim, a questão humanitária exacerba a necessidade de não se ver o trabalhador como mercadoria, mas sim como um sujeito de direitos, que necessita de proteção e de garantias que lhe assegurem vida digna.

Já Piovesan (1996) pontua que a OIT, atualmente, é uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), constituída por Estados, dotada de personalidade jurídica de direito internacional, permanente, que visa à paz

universal e duradoura através da melhoria de oportunidades para homens e mulheres, de forma a garantir acesso a trabalho digno e produtivo em condições de liberdade, dignidade e segurança.

Pode-se dizer que a OIT busca adotar uma política de cooperação entre todos os sistemas jurídicos nacionais, através do desenvolvimento e aplicação de normas sociais protetivas de caráter universal, bem como o reconhecimento internacional dos direitos humanos aos trabalhadores.

Como já referido, a OIT tem estrutura tripartite, ou seja, possui representantes dos Estados, de organizações de empregadores e de organizações de trabalhadores nos três órgãos que integram sua estrutura. Ressalte-se que é a única agência do sistema ONU que possui tal natureza.

A estrutura da OIT compreende uma Conferência Geral (também chamada de Assembleia Geral), um Conselho de Administração e uma Repartição Internacional do Trabalho. A Conferência Geral é integrada por quatro representantes de cada Estado membro, sendo dois representantes do governo e dois representantes, respectivamente, dos empregadores e dos trabalhadores.

Na Conferência Geral é que se originam as Recomendações, Resoluções e Convenções. O Conselho de

Administração, que é órgão executivo e administrativo, é composto por 56 pessoas, sendo 28 representantes dos Governos, 04 representantes dos empregadores e 14 representantes dos empregados.

A Repartição Internacional do Trabalho (RIT) terá um Diretor Geral designado pelo Conselho de Administração, responsável, perante este, pelo bom funcionamento da repartição e pela realização de todos os trabalhos que lhe forem confiados. A RIT funciona como uma secretaria que divulga e dá publicidade às atividades, recomendações e convenções da Organização, bem como recebe as reclamações de eventuais descumprimentos desses instrumentos pelos países signatários.

Pautada no objetivo de promover a disseminação de ideias e normas internacionais de trabalho, suplantando barreiras geográficas, ensina Gabriel (2009), a OIT, como órgão supranacional, desenvolveu diversos instrumentos como Convenções e Recomendações, promovendo o constante debate acerca do trabalho justo e da justiça social como formas de promoção da paz no mundo.

Apesar de as Convenções só possuírem caráter vinculante em relação aos Estados signatários, mesmo aqueles que não aderem formalmente às mesmas, devem respeitar os princípios que regem as orientações da Convenção e utilizarem seus

preceitos como fonte material para a atuação interna, servindo de modelo para a atuação normativa nacional.

Batista e Parreira (2014) registram que segundo a Constituição da OIT, para que uma convenção ou uma recomendação seja aceita em votação final pela Conferência, são necessários dois terços dos votos presentes. A Conferência deverá, ao elaborar uma convenção ou uma recomendação de aplicação geral, levar em conta os países que se distinguem pelo clima, pelo desenvolvimento incompleto da organização industrial ou por outras circunstâncias especiais relativas à indústria, e deverá sugerir as modificações que correspondem, a seu ver, às condições particulares desses países.

As Convenções e Recomendações da OIT formam o chamado “Código Internacional do Trabalho” e são instrumentos jurídicos diferentes. Materialmente, não existe diferença entre as Convenções e Recomendações, pois não existem temas exclusivos que podem ser tratados por uma ou por outra.

A diferença cinge-se ao aspecto formal, vez que as Convenções, para terem eficácia interna no Estado, precisam ser ratificadas. Após a ratificação, as Convenções geram direitos subjetivos à população do país que a aderiu, os quais podem ser exigidos imediatamente ou futuramente, se se tratar de norma de caráter

programático. Ressalte-se que, conforme consiga a OIT Brasil (2014), as Convenções são acordos multilaterais abertos, podendo ser ratificadas por qualquer Estado membro da OIT, tenha ele ingressado no momento de sua elaboração ou posteriormente.

As Recomendações, por outro lado, orientam o Legislativo dos países da Organização para que possam promover alterações em sua legislação pátria no que diz respeito à matéria que elas disciplinam, sem necessidade de ratificação.

No que tange à manifestação dos Estados sobre a Convenção, o artigo 19, ponto 05, da Constituição da OIT assim dispõe:

5. Tratando-se de uma convenção:

a) será dado a todos os Estados-Membros conhecimento da convenção para fins de ratificação;

b) cada um dos Estados-Membros compromete-se a submeter, dentro do prazo de um ano, a partir do encerramento da sessão da Conferência (ou, quando, em razão de circunstâncias excepcionais, tal não for possível, logo que o seja, sem nunca exceder o prazo de 18 meses após o referido encerramento), a convenção à autoridade ou autoridades em cuja competência entre a matéria, a fim de que estas a transformem em lei ou tomem medidas de outra natureza;

c) os Estados-Membros darão conhecimento ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho das medidas tomadas, em virtude do presente artigo, para

submeter a convenção à autoridade ou autoridades competentes, comunicando-lhe, também, todas as informações sobre as mesmas autoridades e sobre as decisões que estas houverem tomado;

d) o Estado-Membro que tiver obtido o consentimento da autoridade, ou autoridades competentes, comunicará ao Diretor-Geral a ratificação formal da convenção e tomará as medidas necessárias para efetivar as disposições da dita convenção;

e) quando a autoridade competente não der seu assentimento a uma convenção, nenhuma obrigação terá o Estado-Membro a não ser a de informar o Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho -- nas épocas que o Conselho de Administração julgar convenientes -- sobre a sua legislação e prática observada relativamente ao assunto de que trata a convenção. Deverá, também, precisar nestas informações até que ponto aplicou, ou pretende aplicar, dispositivos da convenção, por intermédio de leis, por meios administrativos, por força de contratos coletivos, ou, ainda, por qualquer outro processo, expondo, outrossim, as dificuldades que impedem ou retardam a ratificação da convenção.

Portanto, minuta a OIT Lisboa (2016), caberia a cada Estado-membro da Organização Internacional do Trabalho indicar qual a autoridade competente para ratificar as convenções. O instrumento da ratificação depositado na Repartição Internacional do Trabalho, constitui procedimento a cargo do governo do

respectivo país, o qual só pode efetivá-lo se estiver autorizado pelo órgão competente.

DA INFLUÊNCIA DA OIT NO BRASIL E NO MUNDO: OS DESAFIOS HODIERNOS

No Brasil, conforme previsto no artigo 49, I da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional deliberar sobre a aprovação de qualquer Convenção adotada pela Conferência Internacional do Trabalho. Piovesan (1996) anota que se houver a aprovação do Congresso, através da publicação de um Decreto Legislativo, o governo federal promove a ratificação da Convenção junto à RIT. Por fim, cabe ao Presidente da República editar e publicar um Decreto de promulgação da Convenção, a fim de que a mesma tenha eficácia no plano interno.

Quando se aborda a temática das Convenções, imperioso ressaltar a importância da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Seu projeto foi preparado pela Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas, tendo sido firmada na cidade austríaca de Viena, em 1969. Entretanto, a referida Convenção só entrou em vigor em 1980, quando atingiu o número mínimo de 35 ratificações exigidas em seu texto. No Brasil, foi introduzida por meio do Decreto 7.030/2009 (Brasil, 2009)..

A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados é de suma importância, pois uniformizou a disciplina do Direito dos Tratados (*Law of Treaties*), positivando normas, inclusive costumeiras, sobre a celebração de tratados, permitindo a harmonização dos procedimentos de elaboração, ratificação, denúncia, de forma a regular a maneira como os Estados criam e se vinculam a normas jurídicas internacionais.

Alvarenga (2017), leciona com habitual propriedade, que os preceitos da Convenção de Viena sobre os Tratados só têm aplicação nas tratativas entre Estados, não se aplicando às relações travadas entre Estados e Organismos Internacionais ou apenas entre estes. Contudo, essa restrição quanto à sua aplicação não retira a força e eficácia dos outros instrumentos no plano internacional, conforme previsto na própria Convenção.

Podem ser destacados como princípios orientadores da Convenção de Viena, os da boa-fé, *pacta sunt servanda* e do livre convencimento. Também são temas da Convenção algumas regras de hermenêutica, previstas em seu artigo 31, que traça normas que exigem a interpretação dos tratados com base na boa fé, à luz de seus objetivos e finalidades, bem como o dever de cumprimento pelo Estado signatário das regras previstas no tratado a

que tenha manifestado adesão, conforme previsto em seu artigo 27.

Percebe-se que a Convenção de Viena sobre os Tratados, em seus 85 artigos e um anexo, buscou solucionar controvérsias sobre a elaboração e aplicação dos tratados e estabelecer parâmetros para o processo de assinatura, adesão, denúncia, nulidade, extinção e outros temas que dizem respeito à assunção de compromissos internacionais celebrados pelos Estados.

Desde seu surgimento, a OIT adotou mais de 180 Convenções e mais de 190 Recomendações sobre um vasto leque de matérias: liberdade sindical e negociação colectiva, igualdade de tratamento e de oportunidades, abolição do trabalho forçado e do trabalho infantil, promoção do emprego e formação profissional, segurança social, condições de trabalho, administração do trabalho e inspeção do trabalho, prevenção de acidentes de trabalho, proteção da maternidade e proteção de trabalhadores migrantes e de outras categorias de trabalhadores, tais como, marítimos, enfermeiros e trabalhadores agrícolas. Até à data, foram registrados mais de 7000 ratificações.

Resende (2015) destaca que apesar de diversos instrumentos criados com o fim de regular em âmbito internacional as relações de trabalho, de forma a criar um Direito Internacional do Trabalho, a tarefa

da OIT não é fácil e encontra cada vez mais obstáculos diante das políticas econômicas e sociais que têm sido vistas no mundo. Tais políticas são executadas num contexto de econômica neoliberal, na qual muitas vezes se exige a flexibilização de normas trabalhistas, de forma a permitir a coexistência de um mínimo de garantias com o sistema capitalista produtivo, cada vez mais globalizado e sem fronteiras.

A combinação das políticas econômicas mundiais, a rápida expansão de grandes empresas pelo mundo e a soberania dos Estados associada à necessidade de garantir dignidade, prevalência de direitos humanos e cidadania social aos trabalhadores, dificulta a regulação internacional do trabalho e muitas vezes a eficácia dos instrumentos produzidos pela OIT.

Dessa forma, doutrina Gonzalez (2015), há muitas matérias que mesmo já reguladas encontram dificuldades para serem efetivamente aplicadas pelos Estados, por motivos diversos: dificuldade em fiscalizar seu cumprimento ou por resistência do Estado signatário em cumprir as regras, por motivos diversos, como por exemplo a perda de competitividade no mercado internacional.

Não obstante, há ainda o desafio de lidar com as mudanças sociais que ocorrem a todo tempo e impactam a sociedade. Recentemente, o mundo tem assistido ao

problema da imigração na Europa, como reflexo da guerra, repressão religiosa e extrema pobreza a que muitos cidadãos de países como Síria, Líbia e Iraque estão submetidos.

A questão da imigração não é recente na história e já foi abordada em diversas Convenções da OIT, logo nos primeiros momentos de sua criação. As Convenções 19 (Igualdade de tratamento entre trabalhadores estrangeiros e nacionais em matéria de reparação de acidentes do trabalho), 97 (Trabalhadores Migrantes) e 143 (Convenção sobre as Imigrações Efetuadas em Condições Abusivas e sobre a Promoção da Igualdade de Oportunidade e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes) são exemplos de normas que abordam a questão migratória e exigem a proteção no ambiente de trabalho dos trabalhadores migrantes, garantindo igualdade de tratamento, pautadas no princípio da igualdade. Apesar de ainda estarem em vigor, na prática, tais normas não têm a operacionalidade e eficácia desejadas.

Muitos países receptores de imigrantes, como os Estados Unidos e diversos países europeus mostram-se resistentes em aderir ou colocar em prática os preceitos regulatórios da situação trabalhista desses indivíduos. Além disso, há forte atuação de países de destino dos imigrantes no sentido de evitar a entrada de

estrangeiros em seu território, criando barreiras físicas para tanto ou procedendo à deportação.

Não se trata de tema de fácil solução, nos termos mencionados pela ONUBR (2016), pois cada país tem sua própria estrutura, costumes e problemas sociais, mesmo os considerados desenvolvidos. Entretanto, como se trata de questão que envolve direitos humanos, deve-se levar em conta a perspectiva de um universalismo desses direitos, o que relativiza a soberania dos Estados, não permitindo que se coloque acima da dignidade da pessoa humana qualquer valor religioso, cultural ou costumeiro.

Deste modo, pontua novamente Resende (2015), os problemas enfrentados por imigrantes não devem ser de responsabilidade apenas de seus Estados de origem, mas deve ser visto como uma questão humanitária que exige o empenho de todos os Estados soberanos para se encontrar soluções, a fim de se proporcionar a todos os indivíduos condições dignas e justas de vida e trabalho.

Importante trazer à análise a Opinião Consultiva número 18, emitida pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 2003, por solicitação do México. Tal opinião foi solicitada em razão da preocupação do governo mexicano com o elevado número de nacionais que se

encontravam fora do território nacional, muitos em situação ilegal.

O objetivo do pleito foi obter uma manifestação acerca dos direitos trabalhistas que devem ser assegurados aos imigrantes, quais as obrigações dos Estados para assegurar igualdade jurídica e proteção efetiva aos mesmos. O México alegou que as práticas discriminatórias contra trabalhadores em situação ilegal, por parte dos países receptores, constituem abuso da condição vulnerável desses trabalhadores.

Em resposta à consulta, a CIDH disse que é dever dos Estados respeitar e garantir os direitos fundamentais de todos que se encontram em sua jurisdição, sob pena de responsabilização internacional.

Ademais, deve-se evitar ações e práticas que limitam e violam direitos fundamentais. Os princípios da igualdade e da não discriminação integram o direito internacional, devendo ser aplicáveis pelo Estado, seja ele ou não parte dos tratados internacionais que os preveem, pois esses princípios são essenciais para garantir os direitos humanos tanto no plano interno e no internacional.

CONCLUSÃO

Conforme o exposto, o Direito Laboral representa a proteção mínima dentro do sistema capitalista de produção, minimizando a utilização dos trabalhares e trabalhadores como objetos de direitos, na

medida em que lhes assegura a condição de verdadeiros sujeitos de direitos.

É neste fluxo protetivo (mínimo, é relevante ressaltar) que a Organização Internacional do Trabalho – OIT – desenvolve-se no sentido de criar as primeiras regras de caráter efetivamente internacional, corroborando para a mediação entre o capital e trabalho.

Desta maneira, diversos instrumentos de proteção aos trabalhadores e trabalhadoras foram – e são - elaborados e conseguiram produzir impactos positivos na vida de muitos indivíduos, garantindo direitos fundamentais, a exemplo de igualdade em matéria de trabalho.

Entretanto, muitos avanços ainda são necessários, novas regras para solucionar impasses atuais no que diz respeito às constantes transformações nas relações de trabalho e emprego, já que normativas nesse sentido hoje se fazem essenciais para regular a exploração do trabalho, garantindo o exercício pleno da cidadania e regularidade de direitos fundamentais.

BIBLIOGRAFIA

ALVARENGA, Rubia Zanotelli de. **A Organização Internacional do Trabalho e a proteção aos Direitos Humanos do trabalhador**, disponível em <<http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutri>

nas/arquivos/170407a.pdf> Acesso em 14 de agosto de 2021.

BATISTA, Vanessa Oliveira e
PARREIRA, Carolina Genovez. **Trabalho Imigração e o Direito Internacional dos Direitos Humanos**, disponível em <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=47a3893cc405396a>>. Acesso em 25 de agosto de 2021.

Brasil, **Decreto Nº 7.030**, De 14 De Dezembro De 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm>. Acesso em 07 de setembro de 2021.

CORREIRA, Henrique. **Direito do Trabalho**. 8ª ed. Salvador: Editora Juspodium, 2016.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 9ª ed. São Paulo: Editora LTR, 2010.

GABRIEL, Amélia Regina Mussi. **Direito Internacional Público para Concursos**. 1ª ed. São Paulo: Editora Verbatim, 2009.

GONZALEZ, Ismal. **Direito Internacional Público e Direito Internacional do Trabalho**. Disponível em <<http://portal.trt15.jus.br/documents/12496>

5/125371/Rev1Art15.pdf/41c41727-dfb1-4167-9cbc-f230ef77c73d >. Acesso em 02 de abril de 2021.

OIT: ‘Se nascemos em territórios diferentes, somos iguais em direitos’, afirma ministro brasileiro. ONUBR. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/oit-se-nascemos-em-territorios-diferentes-somos-iguais-em-direitos-afirma-ministro-brasileiro/>>. Acesso em 02 de abril de 2021.

OIT BRASIL, **Constituição OIT e Declaração de Filadélfia**, disponível em <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/constituicao_oit_538.pdf> Acesso em 02 de abril de 2021.

OIT LISBOA, **Normas Internacionais do trabalho**, disponível em <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_visita_guiada_03b_pt.htm> Acesso em 02 de abril de 2021.

PIOVESAN, Flávia. **A Constituição de 1988 e os Tratados Internacionais dos Direitos Humanos**. Disponível em <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudo/s/revistaspge/revista3/rev6.htm>>. Acesso em 02 de abril de 2021.

RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho Esquemático**. 3ª ed. São Paulo: Editora Método, 2015.

SOUZA, Zoraide Amaral de. **A Organização Internacional do Trabalho**, disponível em <<http://fdc.br/Arquivos/Mestrado/Revistas/Revista09/Artigos/Zoraide.pdf>>. Acesso em 23 de Julho de 2021.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

A LUDICIDADE E SUA INFLUÊNCIA PARA A FORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*Jakelyne de Farias dos Santos*¹⁶

*Jéssida Mayara da Silva Lopes*¹⁷

*Jonas dos Santos Lima*¹⁸

RESUMO

A presente pesquisa pretende mostrar o ponto de vista pedagógico para a Educação Infantil através da ludicidade. Isto é, o que torna um desafio para o educador apresentar em sua prática a influência e os benefícios dos brinquedos, da musicalidade, do brincar, e a importância da organização dos espaços lúdicos, proporcionando a criança a construção de experiências, a exploração das esferas. Sendo assim, ocorrerá em tempo real o desenvolvimento social através da troca de conhecimento com o seu meio, além do contato com os diferentes materiais preparados para cada execução de forma interdisciplinar, no entanto, nessa fase, a criança não deve ser caracterizada como um aluno(a), mas, como alguém que está no campo de experiência desenvolvendo suas habilidades e competências, compreendendo isso, o professor(a) alcançará ou não o objetivo proposto para cada atividade, pois cada criança tem seu tempo e forma de aprendizagem, mas devemos sempre enfatizar que a compensação do diálogo é focar na preparação profissional para cada área escolhida, no envolvimento entre pedagogo-família e a partir disso, contribuir de forma significativa para o desenvolvimento infantil e, conseqüentemente, na formação integral da criança durante o processo de aprendizagem. Desse modo, a finalidade dessa pesquisa bibliográfica e documental é analisar

¹⁶ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo. Endereço eletrônico E-mail: jakelynedefarias1517jakelynedefarias@gmail.com

¹⁷ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo. Endereço eletrônico E-mail: Jessidamayara@gmail.com.

¹⁸ Pedagogo. Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e pós-graduação Lato Sensu em: Inspeção Educacional pela Faculdade Atântico – Aracajú Sergipe, Direito Educacional- Faculdade Pio Décimo - Sergipe, Psicopedagogia Clínica e Institucional - Faculdade Centro de Ensino Superior Arcaño Mikael de Arapiraca – CESAMA. Professor e coordenador do Curso de Pedagogia da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo e Diretor de Divisão de Inspeção Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Piaçabuçu- Alagoas. Endereço eletrônico E-mail:jonaslima183@gmail.com.

a visão de diferentes teóricos referentes à prática do lúdico, seja ela em creches ou na pré-escola. Foi utilizada a pesquisa qualitativa para entender o ponto de vista de autores que contribuíram para embasamento teórico desse artigo. Concluímos que a brincadeira exige da criança uma intensa participação, um envolvimento no ato de brincar, além de proporcionar emoções e significados. O conhecimento na área consiste em promover bons desempenhos e excelentes resultados, para isso, é necessário manter o elo entre escola, família, professor e criança. Diante da pesquisa realizada nas instituições de Educação Infantil, ficou claro para as autoras deste artigo que o docente precisa aperfeiçoar-se, após trabalhar a ludicidade.

PALAVRAS CHAVES: Lúdico. Criança. Prática significativa. Professor. Educação Infantil.
Keywords: Playful. Kid. Significant practice. Teacher. Child education.

1 INTRODUÇÃO

O brincar começou a ser trabalhado na Educação Infantil associado ao carinho, à atenção e ao amor, como uma metodologia didática e pedagógica no século XXI, pois antes, a criança era considerada uma tabula rasa, um adulto em miniatura. Salienta-se que na educação infantil, a importância das práticas pedagógicas que utilizam o lúdico e o afeto para a aprendizagem e o desenvolvimento com qualidade é primordial, pois essa dicotomia proporciona uma forma prazerosa de aprender.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar o universo lúdico para o desenvolvimento de práticas pedagógicas. Apesar de a ludicidade ser uma prática realmente eficaz, ainda hoje, muitos profissionais dispensam a possibilidade de desenvolvê-la em creches ou pré-escola, isso porque, esse é um método que exige uma dedicação maior do profissional no exercício de sua profissão, além de pais ou responsáveis pelas crianças, além do mais podendo questionar a veracidade dessa aprendizagem pelo simples fato de não conhecer sua importância ou não serem influenciados a conhecer tal conceito.

A estrutura da Educação infantil centra-se na formação inicial da criança e na sua construção para o mundo. Assim, a escolha do lúdico torna-se um desafio tanto para a escola quanto para os professores, em que sua prática requer cuidados específicos durante a escolha dos métodos que serão utilizados para garantir o sucesso do objetivo proposto para tal metodologia. No entanto, é necessário que essa prática seja prazerosa para a criança, sendo direcionada pelo professor(a) para que haja realmente uma aprendizagem significativa.

Apesar da ludicidade ser uma prática realmente eficaz durante o desenvolvimento infantil, muitas vezes, os professores não fazem uso em suas práticas cotidianas nas escolas ou creches. Isso ocorre pelo fato de ser uma prática na qual exige do professor uma dedicação maior no exercício de sua profissão e de uma formação inicial, assim como, existem pais que não acreditam em uma aprendizagem centrada através do lúdico.

A Educação Infantil é uma das fases primordiais na vida da criança, essa formação oportunizará a criança uma percepção de mundo dentro das experiências desenvolvidas na sua individualidade e no convívio com seu meio, além da construção de valores éticos

e morais que podem revelar a criança do agora e o adulto que está sendo formada, essa construção se inicia no ceio familiar e vai sendo lapidada no ambiente educacional.

Cabe ainda referir que a justificativa para o desenvolvimento desse estudo surge da necessidade de relembrar e defender a importância do lúdico na prática docente e os benefícios para o processo de ensino-aprendizagem das crianças na educação infantil. Limitando-se a identificar as incorporações do lúdico e os benefícios que este proporciona.

O universo infantil corresponde à fase inicial da vida de uma criança, este é o momento oportuno da descoberta sobre uma percepção de mundo através das experiências vivenciadas individualmente ou no convívio social com o seu meio, é a construção de seus valores éticos e morais, na perspectiva de analisar o adulto que estamos formando, vale ressaltar que o momento educar é iniciado em casa e vai sendo lapidado no ambiente escolar.

Os professores devem valorizar o brincar na Educação Infantil, pois é por meio dele que as crianças vão internalizando diversas situações presentes no meio em que estão inseridas. Assim, conclui-se que a ludicidade é relevante na

educação para infância por proporcionar momentos de socialização entre as crianças, pois se relacionam com o meio social e cultural, a partir dos jogos e das brincadeiras eles se apropriam das regras sociais, se relacionam com instrumentos e signos que venham mediar a aprendizagem para o seu desenvolvimento.

Concluimos que educar é sinônimo de tolerância, acolhimento e afeto com o próximo e são através desses sentimentos que são construídos valores. Praticar a generosidade em sala de aula é ensinar a criança a amar, cuidar e compartilhar com o outro, provocar a criança para a socialização é oferecer desafios estimular a pensar e desenvolver habilidades múltiplas, e essa, é uma forma clara e objetiva da representação lúdica.

2 HISTÓRICO: BREVE REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.

A ideia de infância foi colocada em pauta a partir da década de 1920 e no início dos anos 1930 quando as mulheres que trabalhavam fora lutaram por locais onde pudessem deixar seus filhos durante o horário de trabalho, sendo assim a creche surge no Brasil no final do século XIX de cunho

assistencialista visando apenas o “cuidar”, decorrente do processo de industrialização e urbanização do país. Nota-se que a Educação Infantil surgiu com um caráter de assistência a saúde e preservação da vida, não se incluindo com o fator educacional, sem fins educativos, mas sim para prestar somente assistência. (SANTOS, 2013)

Como bem colocado pela autora, nessa época, as creches e pré-escolas eram frutos da revolução industrial, assim não existia uma função definida para que serviam, ideia de infância não era ligada a algo educacional ou tampouco se preocupavam com a formação e desenvolvimento da criança através do estímulo, das atividades lúdicas construídas ou das experiências vivenciadas com o seu meio, eram apenas crianças que precisavam de um lugar para ficar, e que neste, houvesse a supervisão de um adulto.

Com o passar dos anos, o número de mulheres ingressando no mercado cresceu consideravelmente, visto isso, tornou-se necessário aumentar as possibilidades de crianças de diferentes idades frequentando creches e pré-escolas. Mas somente a partir da constituição Federal de 1988, foi assegurado aqui no Brasil, o direito da criança de zero a 6 anos está nesses estabelecimentos. Assim, os direitos das

crianças, dos adolescentes e do jovens foram estabelecidos no artigo 227 da constituição Federal de 1988: é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

No entanto, foi necessário reafirmar esses direitos e assim foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990. Pois antes, juridicamente, crianças e adolescentes não eram reconhecidos como detentores de direitos. A mudança veio a partir do artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que por uma conquista social, os tornou sujeitos de direitos e de garantias fundamentais. A doutrina da proteção integral determina que são indivíduos em condição de desenvolvimento diferenciado, portanto, estão em situação de absoluta prioridade, em uma responsabilidade compartilhada entre Estado, sociedade e família na garantia de uma infância e adolescência protegidas e dignas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394 de 1996 evidenciou a importância da Educação Infantil, que passou a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica. Dessa forma, o trabalho pedagógico com a criança de 0 a 6 anos adquiriu reconhecimento e ganhou uma dimensão mais ampla no sistema educacional, qual seja: atender às especificidades do desenvolvimento das crianças dessa faixa etária e contribuir para a construção e o exercício de sua cidadania.

Contudo, as formas de ver as crianças vêm, aos poucos, se modificando e atualmente emerge uma nova concepção de criança como criadora, capaz de estabelecer múltiplas relações, sujeito de direitos, um ser sócio-histórico, produtor de cultura e nela inserido. Na construção dessa concepção, as novas descobertas sobre a criança, trazidas por estudos realizados nas universidades e nos centros de pesquisa do Brasil e de outros países, tiveram um papel fundamental.

Concluimos que todo o processo foi regado de altos e baixos até perceber a importância dada a fase inicial da vida da criança e ao processo de seu desenvolvimento em diferentes esferas, porém, essa concepção ainda é uma

construção demorada, pois apesar de diretrizes, leis e documentos e que estabelecem os direitos da criança, muitas instituições de ensino os violam ou os desconhecem na prática.

2.1 A LUDICIDADE E SUA INFLUÊNCIA PARA A FORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O despertar para a busca incansável de compreender o universo da criança surgiu durante as vastas experiências vivenciadas pelas autoras em estágios da educação infantil ofertados na grade acadêmica da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo. O referido em questão, trata-se do Estágio Curricular Supervisionado obrigatório II-Docência na Educação Infantil, cumprindo a carga horária de 100 horas de forma semipresencial no jardim I da Instituição de Ensino Escola Municipal de Educação Básica Manoel Tavares da Silva, situada, especificamente, no bairro Santa Cecília e no maternal I e II de uma creche pública, ambas localizadas no Município de Penedo/Alagoas.

O estágio se configurou como a concretização da prática pedagógica, das teorias estudadas em sala, fundamentando-se nos estudos prévios que o discente obtém

a respeito da formação de pedagogos, o estágio possibilitou a construção da identidade docente sendo um espaço de reflexão e ampliação dos saberes da profissão. Analisar a importância do estágio para a atuação do profissional docente é de grande relevância para formação docente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 1996, em seu 61º art. inciso II destaca que “a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados”, se faz necessário estudar a teoria e se faz mais necessário ainda colocarmos em prática tudo que em sala foi teoricamente estudado.

É sabido que a educação infantil tem papel fundamental no desenvolvimento humano e social dos pequenos. Sendo assim, o presente artigo tem como itens abordados: as relações afetivas presentes na instituição para com a estagiária, que trazem grandes contribuições relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, uma construção fundamental para o desenvolvimento humano e melhor desenvoltura no estágio.

3 A METODOLOGIA UTILIZADA PELOS PROFESSORES COM CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Nos dias atuais torna-se impossível imaginar uma sociedade onde não houvessem creches e pré-escolas, uma vez, que essas buscam contribuir com o processo formativo das crianças durante o período da infância, cujo aqueles que estavam ingressando na educação infantil pudessem desenvolver competências e habilidades que os ajudaram a conviver com o seu meio e com o outro. No entanto, esse é um pensamento recente, na antiguidade a educação era voltada para formar os indivíduos para governar e fazer discurso, e só depois, pensar em educar as crianças.

Outra visão bem comum e bastante presente por longos anos, foi fato de que as creches serviam como um depósito de crianças, e nada próximo a algo educacional. No início, os profissionais eram os chamados pajens ou babás, ligados unicamente ao cuidado. Só a partir dos anos 1980 que a visão sobre a Educação Infantil começa a ser alterada. “Nesse período, as pessoas não querem mais um lugar apenas para que as crianças sejam cuidadas, guardadas. Elas querem um lugar de relações interpessoais, de oferta de experiências para as crianças, com diferentes materiais e elementos culturais”.

O conteúdo pedagógico básico trabalhado na creche é de cuidado e educação vivenciada de forma contextualizada nas dimensões cognitiva, afetivo-social e formação de hábitos, respeitando sempre os limites e as etapas de desenvolvimento de cada criança. O currículo da educação infantil de 02 a 05 anos é centrado nos eixos de formação pessoal e social conhecimento do mundo e conhecimento lógico-matemático e deverá contribuir para práticas e vivências pedagógicas plenas de eixos e alegria, culminando com aprendizagem satisfatória significativa das crianças.

A formação integral do aluno implica na necessidade de se trabalhar conteúdos de diferentes características, tanto na curricular como na extracurricular. Tendo em vista a preparação do alicerce para a construção consciente da formação dos cidadãos que nesta fase se inicia para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, social e afetivas, tendo como base os seguintes componentes curriculares: identidade e autonomia, matemática, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade, corpo e movimento e artes visuais.

A educação infantil é a base dos conhecimentos da criança, é essencial para

o desenvolvimento das etapas que visão na vida destas crianças, sendo assim faz-se necessário uma boa prática pedagógica e um bom desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, considerando que funciona como elo principal da aprendizagem, saber qual método de ensino na sala de aula. Ajudar as crianças a desenvolver suas primeiras noções e mostrar diversas maneiras e caminhos de aprendizagem utilizando os recursos que se fizerem necessárias, os instrumentos de trabalho na alfabetização são diversos e variam de acordo com a faixa etária de idade, livros, cadernos, giz, lápis colorido, tintas, jogos, brincadeiras e etc.

O professor tem o papel mais importante nesta fase de formação da criança, e a partir dos seus conhecimentos desenvolver atividades que fortaleça a capacidade motora, emocional, cognitiva e social, inserindo a criança na sociedade, neste processo da construção do conhecimento, devem-se buscar atividades que o lúdico esteja presente pois nesta fase eles se desenvolvem melhor através de brincadeiras, buscando assim por meio de diversão e seus interesses.

O professor tem de grande importância que é saber lidar com essas condições no desenvolvimento da criança,

pois elas têm que interagir-se ao seu meio de convivência sabendo lidar com várias ocasiões que utilizaram o comportamento no meio do seu trajeto de aprendizagem. Organizar situações de aprendizagem nas quais sejam oferecidos as crianças momentos de conversa, brincadeiras, experimentações, exploração de objetos, interação com crianças de diferentes idades e de mesma idade, vivenciais em espaços e ambientes diferenciados, respeitado a individualidade das crianças.

Segundo Vygotsky as crianças se desenvolvem e aprendem através das brincadeiras e brinquedos, através deles elas conseguem representar uma situação no seu cotidiano e desenvolve seu raciocínio lógico que estimula sua mente. No que se refere as brincadeiras proposta pelos professores influenciam como formar e registrar algumas informações no processo mental, cada vez mais as informações recebidas vão se tornando mais complexas, para poder começar a fazerem sentido para as crianças. Para Oliveira “ao incorporarem os signos elaborados pelos grupos sociais como forma de registrar e transmitir determinadas informações no processo de trabalho, as ações humanas vão se tornando mais complexas. Assim como o uso da pá

modificou a ação dos membros superiores do corpo do homem primitivo, hábitos de observar os astros e as estrelas no céu, tal como os pescadores o fazem, por exemplo, modificam a capacidade de orientação espacial do indivíduo” (OLIVEIRA, 2010, p.131).

4 O ESPAÇO PARA O DESENVOLVIMENTO DO LÚDICO

No processo da construção do conhecimento da criança devem se buscar atividades que o lúdico esteja presente, pois nessa fase eles se desenvolvem através de brincadeiras, assim buscando por meio da diversão surgem seus interesses e compreensão de suas noções de aprendizado.

O brincar de faz-de-conta, por sua vez, possibilita que as crianças podem reconstruir elementos do mundo que as cerca como novos significados, tecer novas relações, desvincular-se dos significados imediatamente perceptíveis e materiais para atribuir-lhes novos significações, imprimir-lhes suas ideias e os conhecimentos que têm sobre si mesma, sobre as outras pessoas, sobre o mundo adulto, sobre lugares distantes e/ou conhecidos (BRASIL, 1998, p.170).

A imaginação da criança se desenvolve através do mundo de faz de conta, em que ela faz tudo àquilo que ela gostaria de fazer. Ao criar esse mundo de imaginação, ela possibilita outros conhecimentos e relaciona com o mundo do adulto, pois elas usam a imaginação pra brincar de casinha, de professora, mãe e filha se colocando no mundo de um adulto, querendo imitar ou se parecer com ele, isso faz parte do que ela observa ao seu redor e armazena como conhecimento.

O professor necessita compreender que o seu papel é proporcionar nas crianças experiências diversificadas e enriquecedoras, afim de que elas possam desenvolver sua autonomia e autoestima. A criança tem a necessidade de se relacionar com outras crianças e com os adultos, ter a possibilidade de cooperar, compartilhar experiências e ao mesmo tempo, necessita de seu espaço próprio. A privacidade é necessária para reforçar o “eu” e protegê-lo, portanto, é necessário que haja espaços para cada membro do grupo expressar-se.

Os cantinhos pedagógicos como estratégia que permite a interação das crianças umas com as outras, brincam juntas e lhes são proporcionados momentos prazerosos e espontâneos, a criança

interpreta e assimila o mundo e suas relações.

Piaget (1978), afirma que a partir da brincadeira a criança pode demonstrar o nível cognitivo que se encontra além de permitir a construção do conhecimento. Já Vygotsky coloca a brincadeira como algo simplista da infância, que são influências sociais que a criança recebe ao longo da vida.

No momento de desenvolver ações nos cantinhos pedagógicos, a interação uns com os outros acontece a todo o momento. E vemos que a brincadeira é vivenciada pelas crianças no momento do estar nos cantinhos pedagógicos. Diante desta constatação se evidencia à importância da brincadeira para o desenvolvimento, interação e aprendizagem. Horn diz que (2004, p.71):

O brinquedo satisfaz as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, como, por exemplo, as de escolher, imitar, dominar, adquirir competência, enfim, de ser ativo em um ambiente seguro, o qual encoraje e consolide o desenvolvimento de normas e de valores sociais. Assim, deve haver também conexões entre desenvolvimento e aprendizagem, considerando a diferença de linguagens simbólicas e,

consequentemente, a relação entre o pensamento e a ação.

O cantinho pedagógico como uma prática para a Educação Infantil que possibilitam inúmeros benefícios, sendo uma atividade de alta prioridade, estimula a criança a criar símbolos e faz também com que todos vivenciem o faz de conta, como também se sustenta como uma proposta para favorecer o vínculo com o ambiente a ser explorado e a imaginação.

A sala de aula na Educação Infantil, organizada por cantinhos devem oportunizar cantos de trabalho, que comportem um número x de alunos. É importante, ressaltar que os materiais, os brinquedos e tudo o que será utilizado em cada canto, deverá ficar ao alcance das crianças. A organização é de fundamental importância para que os alunos tenham um melhor contato e possam desenvolver suas habilidades de maneira prazerosa.

Na brincadeira a criança protagoniza as experiências que trazem e compartilham das mesmas com os colegas enquanto vivenciam o “faz de conta”, brincam naturalmente através de um processo de desenvolvimento para descobrir o seu ambiente, para aprender sobre o que acontece e porque as coisas

acontecem e prioritariamente para se divertir.

Por essa razão acredita-se que a brincadeira é uma das ferramentas mais valiosas para a aprendizagem. Compreendemos que o professor deve oportunizar a brincadeira de forma lúdica para seus alunos, estimulá-los para que se torne uma atividade prazerosa, pois o ato de brincar é uma atividade importante no processo de desenvolvimento da criança.

As atividades lúdicas devem fazer parte das estratégias para a construção de conteúdo específicos para as crianças da Educação Infantil, uma vez que a brincadeira é uma atividade educativa essencial e que faz parte da infância. É por meio das brincadeiras que as atividades propiciam a vivência de diversas emoções e pensamentos.

4.1 O PAPEL DA LUDICIDADE NO CONTEXTO EDUCACIONAL

O público Infantil é um campo de experiência que nos trás a ideia de ludicidade, o qual descobrimos o universo da criança, o modo como ela ver e interpretar o mundo a sua volta, seja através da imaginação, ações ou a curiosidade de entender as coisas. A Base Nacional

Comum Curricular (BNCC) reforça a ideia do lúdico em sala de aula quando nos diz que:

Se formam, com mais celeridade e consistência, as sinapses cerebrais que definem as capacidades, as habilidades e o potencial intelectual e social da pessoa, as crianças, por meio das brincadeiras, reelaboram situações, enfrentam desafios, resolvem conflitos, desenvolvem o raciocínio e a criatividade, levantam hipóteses etc. Portanto, faz-se necessário que os espaços sejam urgentemente ressignificados, a fim de garantir que as crianças possam brincar, investigar, correr, pesquisar, pois quanto mais lúdico, cuidadoso, acolhedor, propositivo e desafiador for o ambiente educacional maior será o desenvolvimento da criança. (BRASIL,2018)

Sabemos que BNCC exige cada vez mais do professor (a) e da sua metodologia para sua implementação do lúdico em sala de aula, ou seja, a grande mudança proposta pela BNCC na Educação Infantil está na definição de seis direitos fundamentais para as crianças de 0 a 5 anos: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer.

Pensando em englobar todas essas circunstâncias, a professora A, elabora um plano de aula que promete atender esses seis

direitos de aprendizagem para ser desenvolvido na respectiva turma de forma semipresencial com o apoio dos pais ou responsáveis. Através da orientação no grupo do

Whatsapp Jardim "I" Manoel T, as crianças interagem e se divertem com os desafios propostos para ser realizados em casa.

A turma do jardim I tem um quantitativo de 15 crianças, sendo 10 meninos e 5 meninas, no entanto, apenas 10 estão no grupo devido à falta de acesso as redes sociais ou pela falta do aparelho celular. Ao questionar a professora A referente aqueles que não tem acesso a essas atividades do grupo, relatou que a escola disponibiliza uma auxiliar para ir a casa dessas crianças para ajudá-las a desenvolver as atividades previstas no cronograma de cada semana.

A jornada de atividades desenvolvidas pela professora A ao longo do período de 50 horas observação foram de muita relevância, pois foi notável o entusiasmo das crianças interagindo no grupo através de vídeos, de fotos e ainda mais quando recebiam elogios da docente. Algumas atividades realizadas de acordo com a BNCC foram: o calendário para identificar os dias da semana e o tempo,

recorte, cantar e dançar, prevenção e combate ao novo corona vírus, atividades usando utensílios domésticos, desenhos, objetos grandes e pequenos para identificar tamanhos, formas, as expressões felizes, triste, chateado, entre outras.

As atividades eram enviadas datadas sempre que possível no período da manhã, as crianças respondiam e enviavam as atividades com auxílio dos responsáveis, com seus nomes no decorrer do dia, assim a professora podia avaliar melhor a participação, dificuldades e habilidade de cada aluno. As mães, coordenadora e diretora se tornaram bem presente no grupo, as mães sempre colocando as imagens e vídeos das atividades concluídas. E a coordenadora e diretora sempre colocando mensagens motivacionais, de incentivo a participação da família.

Foram desenvolvidas atividades com as crianças, de pintura, percepção de um objeto em desenho, vídeo, música e todas essas atividades sempre focadas no aluno, sua aprendizagem, percepção, habilidade motora, na fantasia e imaginação de criança. Ao final da observação podemos ver o quão significativas são as atividades planejadas e pensadas no processo de aprendizagem do aluno e o quanto os alunos

corresponde de maneira positiva o que desenvolvem em aula.

De acordo com o Referencial Curricular para a Educação Infantil, BRASIL (1998, p. 28):

A brincadeira favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos (...). Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca.

A infância é um dos momentos mais importantes na formação e no desenvolvimento do ser humano, sendo a escola ou a instituição educacional um espaço de muita aprendizagem e, principalmente, contribuição para a formação de bons valores éticos e morais, reforçando a educação em família.

Ressalta-se que não é papel da educação infantil alfabetizar as crianças, pois entende-se que nesta fase as crianças não possuem maturidade suficiente para a alfabetização, o papel da educação infantil está mais direcionado para o cuidado e para

o educar no sentido de desenvolvimento integral da criança, tendo o caráter mais lúdico nesta etapa como prioridade.

Uma vez que a educação infantil não possui componentes curriculares obrigatórios, o documento Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) encaminha alguns aspectos importantes a serem observados, pois este tem por objetivo servir de guia para o desenvolvimento da prática educativa na educação infantil. De acordo com os Referenciais, as atividades com as crianças de zero a cinco anos devem envolver: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. (BRASIL, 1998)

5 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O PERÍODO DE ESTÁGIO/ PESQUISA

Quando ficou declarado em 17 de março do ano de 2020 que o mundo estaria passando por uma pandemia causada por uma infecção humana do novo Coronavírus ou COVID-19 como as pessoas costumam mencionar, escolas, creches e pré-escolas precisaram se reinventar e buscar por metodologias que fossem suficientes para atender a semana de crianças em fase inicial de desenvolvimento. Assim, no Parecer nº 5 do Ministério de Educação no ano de

2020, podemos analisar a seguinte colocação:

No sentido de contribuir para a minimização das eventuais perdas para as crianças, sugere-se que as escolas possam desenvolver alguns matérias de orientação aos pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência,, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos corporais (ou físicos) e socioemocionais. Deste modo em especial, evitaria a necessidade de reposição ou prorrogação do atendimento ao fim do período de emergência, acompanhando não somente o fluxo das aulas da rede de ensino como um todo, quanto do seu retorno.

A partir da leitura da citação acima, torna-se mais fácil a compreensão do modelo da regência apresentado ao longo dos próximos parágrafos. Ressaltamos que apesar de preservar o diálogo e a importância de dos pais ou responsáveis, na prática, nem sempre para alguns são válidos, outros, apesar da vontade de aprender não tem recursos para participar das aulas e por mais que o cronograma semanal e o acompanhamento das pessoas

da escola tende suprir os impactos da pandemia, existem situações que a criança é totalmente dependente da escola.

A primeira regência na turma do jardim I, contou com os direitos de aprendizagem: Explorar, participar, expressar e conhecer-se, pois a criança usaria a leitura de imagem do vídeo apresentado no grupo para despertar sua criatividade através de um desenho expressando suas representações. A metodologia dessa aula foi através de podcast aos familiares, orientando que peça para a criança registrar a data e marcar na folhinha do calendário. Logo, após pedir que a criança observe como está o tempo da janela ou porta de casa, pedindo que em seguida desenhe no caderno.

Em outro Podcast foi solicitado aos pais ou responsáveis para que assistissem junto aos filhos o vídeo “Menina Bonita do Laço de fita” enviado no grupo do WhatsApp, após assistir ao vídeo entregassem para o filho um desenho de uma criança sem cabelo. Após a criança observar o desenho, o pai deveria indagar o que estava faltando no desenho? Em seguida, disponibilizar diferentes materiais e assim a criança deveria enfeitar o cabelo da maneira que ela soubesse. Ao final

realizar juntamente com a criança a atividade do livro, volume I, página 28.

É sempre importante que antes de começar as aulas, saudar as crianças e os pais, desejar um momento de aprendizagem e desenvolvimento produtivo, perguntar se elas estão bem e etc. Essas pequenas ações mostram para elas que ali não é apenas um momento de atividades, mas de afetividade, cuidado e preocupação uns com os outros.

A segunda regência foi mais uma tarde produtiva de interação e aprendizagem. A atividade proposta buscou desenvolver a coordenação motora da criança através do recorte das letras, conhecer as letras do alfabeto, identificar e aprender sobre as letras do nome, usar o calendário para identificar os dias da semana e tempo. A atividade foi desenvolvida da seguinte maneira: enviar um áudio aos pais ou responsáveis pela criança, pedindo que disponibilizem para a criança jornais, revistas ou livros velhos, em seguida, junto com ela buscassem no material as letras correspondentes ao nome da criança e as letras do nome de um amigo (a) da mesma, sendo as letras maiúsculas. Logo após escrever em uma folha do caderno os números de 1 a 5, fizessem o recorte e foi solicitado para a criança colocar na sequência correta. Ao final,

realizassem a atividade do livro, volume I, página 29.

A terceira regência buscou criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música. A dinâmica da atividade foi enviar áudio aos pais ou responsáveis pela criança pedindo para assistir junto com ela o vídeo “Jogar Bola” enviado para o grupo do WhatsApp, depois de cantar e dançar com a criança, aproveitar o momento e perguntar se a criança gosta de jogar futebol? Qual o objetivo principal de um jogo de futebol? Conhece outras brincadeiras utilizando esse objeto? Se sim, quais? Em seguida leve a criança a um espaço amplo da casa e brinque de bola com ela. Após a brincadeira peça para ela desenhar várias bolas de tamanhos diferentes no caderno, além de colorir e contar quantas bolas ela desenhou. Ao final apresentar as imagens do livro, volume I, páginas 30 e 31.

A quarta regência foi desafiadora, pois foi enviado um vídeo ao grupo em que mostravam crianças imitando os sons dos animais, no entanto, essa foi uma semana de aprendizagem dos números. Pensando nisso, foi solicitado para que as crianças, juntamente, com um adulto fosse até o quintal ou a porta de suas casas e em

silêncio e identificasse pelo menos 4 sons que estava sendo emitido naquele momento como por exemplo, a buzina dos carros, o canto do passarinho, no quintal o latido de um cachorro ou o miado do gato ou ainda o cacarejo das galinhas. Além de aprender quantidade de forma divertida essa atividade contempla os campos de experiências propostos pela base nacional comum curricular, entre eles o que aborda traços, sons, cores e formas.

A quinta e última regência na turma foi uma atividade relacionada a quantidade de objetos e a identificação de números em uma sequência de 1 á 5, além de objetos e formas possibilitando o desenvolvimento da coordenação motora e aperfeiçoamento através do recorte. No grupo foi enviado um Áudio aos pais ou responsáveis pela criança solicitando para assistir junto com a criança o vídeo enviado no grupo, após assistir o vídeo construir círculos de papelão ou outro material e escrever de 1 á 5 nos círculos, logo após disponibilizar prendedores de roupa e entregar os círculos para que a criança relacione a quantidade de prendedores ao numeral escrito nos círculos.

No período de regência no maternal I e II foi trabalhado o tema festa junina, pois estaríamos próximo às datas festivas do mês

de junho. Visando a caracterização ao resgate e a valorização da cultura do homem do campo que são reproduzidas anualmente no ambiente urbano e também pelos homens da cidade.

Vale lembrar que as Festas Juninas estão claramente associadas ao período em que predominou a produção agrícola no país. E a razão disso também está na origem europeia dessas festas que celebravam as boas colheitas e fartas. Entre nós, inicialmente realizadas nos sítios e fazendas, reunindo a população rural, essas festas passaram a ser conhecidas também como festas caipiras. Mais tarde, com a industrialização do país, grande parte da população se deslocou para as cidades trazendo consigo as tradições das Festas Juninas dentre outras.

Assim sendo, percebemos claramente a enorme importância de trabalharmos as Festas Juninas no ambiente escolar e principalmente na Educação Infantil onde as crianças estão desenvolvendo sua história, sua relação com o outro e suas relações com as comemorações e nesse sentido, aproveitar a temática da Festa Junina para todo esse processo é muito enriquecedor para criança, pois ela desenvolverá todos esses conceitos

através de brincadeiras, e dinâmicas que resgatam e valorizam a cultura do seu povo.

Aproveitar esses momentos e ensinar fatos históricos e elementos culturais facilitam e enriquecem o trabalho pedagógico, deixando-o mais eficiente em todos os sentidos e, conseqüentemente, muito mais atrativo e divertido para as crianças, pois dá um sentido para o convívio e a troca de experiências e com o envolvimento de todos, criará memórias que efetivarão o que foi construído e aprendido. Por isso, nesse período foi desenvolvido um Projeto Escolar Multidisciplinar com o tema Festa Junina. Nesse Projeto, foi possível engajar toda a comunidade escolar no desenvolvimento desse tema.

Tendo como objetivo conhecer as origens, as diferentes culturas e as características das festas juninas. A valorização das tradições culturais e respeito ao trabalho do homem do campo, além do ambiente urbano e ambiente rural. O socializar com a comunidade escolar e familiar com o intuito de desenvolver na criança a habilidade de socialização e trabalho em grupo. O desenvolver e ampliar a linguagem oral e escrita. E estimular a imaginação e a criatividade através de atividades temáticas e lúdicas. Tendo como

eixo de trabalho as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Básica de Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade, Identidade e autonomia, Artes Visuais, Música, Linguagem oral e escrita e Matemática.

VIVÊNCIAS NAS INSTITUIÇÕES DURANTE A PESQUISA

Educação Física	Foi aproveitado o momento para apresentar danças típicas da Festa Junina como a dança quadrilha e o Forró. Além disso, foi o momento onde foram trabalhadas as brincadeiras típicas da festa junina. A brincadeira escolhida para realização das crianças foi Corrida do ovo na colher, se desenvolve da seguinte maneira: Cada participante deverá segurar com uma das mãos (ou com a boca) uma colher com um ovo cozido (ou batata, laranja ou limão) em cima, o vencedor é o primeiro a cruzar a chegada sem derrubar o ovo (ou o que estiver em cima de sua colher).
Arte	Em educação artística são infinitas as possibilidades de trabalho com o tema festa juninas na educação infantil, foi trabalhada com as crianças a caracterização caipira. Também trabalhada com recorte e colagem e fazendo com as crianças uma decoração de festa junina, criando bandeirinhas personalizadas com materiais recicláveis.

Ciência	Formam trabalhados os alimentos típicos da festa junina. Por ser em junho, a época da colheita é do milho, entre outros grãos, e por isso esses alimentos são a base que dão origem a todas as comidas típicas da Festa Junina. Então foi falado um pouco sobre o milho, o amendoim, o arroz e todos os alimentos que se originam deles como o bolo de milho, a pamonha, o péde-moleque, a paçoquinha, a pipoca, explorando esses alimentos, sabor, cor, textura, e trazendo todas as informações para o universo da criança.
Matemática	Trabalhado os números, adição e quantidades sempre aproveitando os símbolos e temas juninos. Por exemplo: “quantas bandeirinhas precisaremos para colar em cada dedo de nossa mão? Um milho + três milhos quantos somam?”.
História	Foram trabalhados as características dos trajes típicos e costumes. Depois de introduzir e explicar sobre o tema, resgatando fotos de festas passadas e contação de história.
Português	Explorada a contação de histórias, parlenda caipira e as músicas típicas. As músicas e as cantigas são excelentes instrumentos pedagógicos, pois, através delas, os (as) educadores (as) podem preparar diversas atividades em Português aproveitando as melodias. Podendo explorar a escrita e

	praticar a oralidade e a interpretação dos alunos
Geografia	Vídeos ilustrando um pouquinho da Festa de cada região, Feito isso, aproximou mais a conversa para a realidade da criança e levantar com as famílias os seus jeitos de comemorar a festa, levando imagens, canções, danças, brincadeiras, vestimentas e histórias.

Fonte: Autores (2022)

O relato a seguir consiste em descrever as vivências, contribuições e descobertas no jardim e no maternal das referidas escolas. Cabe salientar, que este é o momento oportuno para aperfeiçoamento da teoria expositiva vista na campo de formação, para a prática pedagógica no campo de estágio da instituição.

O maior legado deixado durante o período na educação infantil é que a gente aprende com criança a desacelerar, a vida adulta é sempre tão corrida devido as responsabilidades que se carrega, mas em relação a aprendizagem e desenvolvimento da criança, apenas devemos não dispersar momentos, todos os dias é algo novo, uma maneira nova de ver e interpretar o mundo, é o momento que respeitamos ritmo e o

perfil único de cada criança. As atividades são realizadas no tempo da criança, de acordo com suas peculiaridades, que é de suma importância despertar a criatividade e a imaginação da criança, independentemente se os resultados são confusos, ali é a maneira que ela imagina.

É no estágio que o aluno poderá exercitar na prática a teoria acumulada ao longo das aulas, podendo questionar, construir, observar, lançar um olhar investigativo, interrogativo, propositivo. A observação das ações, de maneira a aprender com erros e acertos dos profissionais atuantes, é uma excelente oportunidade de aprimoramento, contribuindo para que o estudante inicie suas atividades como profissional já fundamentado em teorias práticas.

Muitos pedagogos ainda em formação confundem o momento do estágio apenas como uma oportunidade de cumprir a carga horária obrigatória para a conclusão do curso de pedagogia, no entanto, sua verdadeira intenção é realmente contribuir com a formação, mas de maneira que os indivíduos absorvam as teorias e as coloquem em prática aquilo que vem sendo estudado, pois se descobrir no universo da educação não é simplesmente reproduzir práticas repetitivas e sem

fundamentos, já dizia Jean Piaget em sua teoria da aprendizagem “ O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram “.

Os primeiros dias de estágio são sempre muito difíceis para o estagiário, um período de adaptação e descobertas, principalmente sobre as circunstâncias das aulas, com o passar dos dias, acredita-se que ficará mais fácil, mas não, principalmente quando se trata de estarem em um novo espaço, conhecendo e se aperfeiçoando ao ambiente e as pessoas.

Demoramos um pouco para se adaptar as metodologias das professoras das turmas, mas logo nos adaptamos como funcionava as aulas por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp, além de bem recebidas pelo corpo docente, logo estávamos adicionadas ao grupo e apresentadas com calorosas boas vindas, as mães receberam e abraçaram a ideia de ter pessoas que até então eram estranhas em contato com seus filhos (a). As aulas aconteciam por meio de mensagens de texto, áudios, vídeos e imagens.

Às vezes ocorriam dificuldades em conciliar esse processo, pois a realidade na prática nos toma de surpresas, fazendo em

alguns momentos improvisar e criar para que o ensino e aprendizado aconteçam de forma significativa. No entanto, foram imprescindíveis os conhecimentos teóricos na ação docente, isso porque para entender como se dava o processo de ensino aprendizagem em meio à pandemia.

Uma situação pertinente observada é a maneira como os pais estão lidando e aprendendo com esta situação vivenciada, pois não controlamos a rotina familiar das crianças, apenas incentiva-se que os pais ou responsáveis sejam conscientes na hora de desenvolver as atividades propostas para as crianças. Infelizmente, nem todos compreende a importância da criança ser o autor principal e único de suas atividades. Enfim, existem inúmeras circunstâncias a serem observadas, de um lado pais que auxiliam, outros que questionam o fato de não ter estudo para isso, e realmente não são formados em pedagogia, mas a educação da criança não é de responsabilidade exclusiva da escola, mas é a continuação daquilo que já vem ou deveria ser trabalhado em casa.

Piaget ainda em sua teoria da aprendizagem nos diz que as crianças possuem um papel ativo na construção de seu conhecimento. Assim, em relação a educação infantil, as vivências e experiências a serem construídas devem

considerar os cinco campos de experiências propostos pela base nacional comum curricular (BNCC) são eles: O Eu, o Outro e o Nós, Corpo: gestos e movimentos, Traços: sons, cores e formas, Escutar: fala, Pensamento e imaginação e o Espaço: tempo, quantidades, relações e transformações. Todos bem desenvolvidos pela docente da turma.

Portanto, percebemos que vivenciar a teoria e a prática em tempos diferentes e em instituições diversas nos oportuniza a percepções variadas sobre o mesmo contexto. As vivências desse estágio em um período de pandemia, foi de suma importância para demonstrar que o professor (a) e a escola devem estar preparados para diferentes situações, de buscar metodologias mais ativas e eficazes, e principalmente, buscar se familiarizar com os meios digitais, pois estes, vem ganhando espaço não só no mundo mas no ambiente educacional.

7 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo teve como metodologia o levantamento de dados através de pesquisas bibliográficas a respeito do tema proposto e suas diferentes concepções referentes à ludicidade. Usando a pesquisa qualitativa para entender o ponto

de vista de autores que dará embasamento teórico ao trabalho.

Partindo desse pressuposto, iniciaram as buscas por fontes de pesquisas que enriqueceram todo o planejamento para a criação do artigo, assim, a base principal foi as experiências vivenciadas durante o período do Estágio Curricular Supervisionado obrigatório II-Docência na Educação Infantil com a duração de 100h de dedicação e empenho no campo de pesquisa mesmo que de forma semipresencial devido a pandemia do coronavírus (COVID-19) o que nos elevou a curiosidade a respeito da formação da criança, suas fases, competências e habilidades, enfim, a sua inserção a sociedade.

A coleta dos demais dados presente no corpo do texto se deu por meio de leitura de livros e artigos realizando o fichamento das principais ideias dos teóricos selecionados bem como, através de leis e documentos que regem o sistema educacional, sobretudo nos aspectos direcionados a ludicidade na Educação Infantil.

A pesquisa é o momento primordial para a descoberta de informações que contribuirão para o desenvolvimento de todo o projeto. Essa pesquisa será qualitativa e ocorrerá de forma bibliográfica

buscando correlacionar a ideia de diferentes autores referentes a ludicidade e o processo educativo da criança na educação infantil.

8 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Todo o exposto apresentado no corpo deste artigo foi de suma importância para o desenvolvimento reflexivo sobre o profissional que almejamos em ser ao longo da prática educativa que devemos exercer. Vivenciar a teoria e a prática em tempos diferentes e em instituições diversas oportunizou as percepções variadas sobre o mesmo contexto. As vivências desse estágio em um período de pandemia, contribuiu para demonstrar que o professor (a) e a escola devem estar preparados para diferentes situações, tal como buscar metodologias mais ativas e eficazes e, principalmente, buscar se familiarizar com os meios digitais, pois estes, vem ganhando espaço não só no mundo mas no ambiente educacional.

Quando partimos para as discussões sobre a educação infantil e todo o levantamento de dados e seleções de livros e arquivos, percebemos o quanto ainda precisávamos aprender, pois já nas primeiras impressões descobrimos que

nenhuma teoria iria declarar a metade do que realmente vamos vivenciar na prática, o quanto as pesquisas foram fundamentais, estudar e, principalmente, nos especializar na área exercida para saber o que está fazendo e fazer bem feito. Por esse motivo, antes de qualquer conclusão ou percepções precipitadas, é preciso buscar entender quais as origens do tema, de onde surgiu, porque surgiu, como era o status da criança, passamos a nos questionarmos se sempre foi assim, pois toda pesquisa deve se basear em questionamentos e curiosidades sobre o que está sendo abordado, após isso ter uma visão exata sobre aquilo que estávamos inicialmente defendendo e assim, buscar embasamento teórico com diferentes autores, como destacamos Piaget, Vigotski, Kishimoto e muitos outros que deixaram legados importantes para esse jornada, utilizamos também a constituição Federal 1988, além de documentos como a Base Nacional Comum Curricular(BNCC) e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Os resultados obtidos e a finalização da pesquisa foram satisfatórios, pois evidenciaram não apenas a história e seus contextos, mas como a criança pode se desenvolver através das brincadeiras, de como é importante saber e direcionar a

finalidade de cada brinquedo, e que o convívio com o outro através das diferentes interações podem ser o ponto chave para descobertas e experiências, como o espaço escolhido para o desenvolvimento das atividades podem contribuir para o alcance dos objetivos propostos através do planejamento pedagógico.

Espera-se que ao final da leitura desse artigo as informações apresentadas demonstrem a enorme satisfação que foi realizá-lo, que tenham sido relevantes ao ponto de enaltecer as interações e contribuições ao longo do período, tornando sua realização gratificante, pois passamos a deixar o olhar humano de um adulto, para aprender através do olhar de uma criança descobrindo a infância.

CONCLUSÃO

Considera-se a partir desse estudo que toda criança possui a necessidade de descobrir o mundo por meio da brincadeira, jogos e atividades espontâneas, pois se tornam prazerosas onde elas se sentem livres para expressar, suas emoções, desejos, experiências, criatividade, fantasia, a florando a imaginação. Conhecer e aprender sobre a importância da ludicidade nos permite concluir que jogos e

brincadeiras proporcionam uma melhor experiência para o desenvolvimento infantil.

Constatamos que ensinar de forma lúdica auxilia no processo de conhecimento do educando, permitindo ter uma visão mais abrangente de mundo, para que sua capacidade criadora seja trabalhada através da ludicidade tornando-se uma aprendizagem eficaz. Diante disso, é importante destacar que toda criança tem o direito de ser criança e deve ser exigido aquilo que proporciona cuidado e bem estar social, pois nos séculos passados foram tratadas durante muito tempo como sujeito sem voz, como um adulto em miniatura e não tinham direito algum. Felizmente, hoje existem leis que reconhecem o que é infância e os verdadeiros direitos das crianças, cabe a família e ao Estado zelar e firmar esses direitos.

O brincar é um direito da criança e deve ser utilizado como instrumento pedagógico, tal como, também é um direito da criança de ter uma educação com qualidade por isso, é preciso lembrar que as instituições devem fornecer espaços adequados para as atividades lúdicas, o que possibilita uma melhor interação e um aprendizado de qualidade. Os professores devem valorizar o brincar na Educação

Infantil, pois é por meio dele que as crianças vão internalizar diversas situações presentes no meio em que estão inseridas.

Por meio dos jogos e brincadeiras, a aprendizagem infantil se torna mais significativa, o que contribui para o desenvolvimento de suas habilidades de forma ampla. Durante as atividades práticas como a brincadeira, é importante também que o professor reconheça as etapas do desenvolvimento para aplicar atividades adequadas para a faixa etária da criança.

Para se adquirir o aprendizado contextualizado com a ludicidade, o trabalho pedagógico precisa buscar caminhos em que a teoria e a prática estejam de comum acordo com a realidade da criança. Por isso, em um contexto histórico e social, o professor é fundamental para atribuir valores em relação ao produto da atividade humana, onde percebemos que os jogos e brincadeiras estão intimamente relacionados a essa questão, pois desde os primórdios o brincar era visto como necessidade vital para a sobrevivência.

Portanto, percebemos a importância da ludicidade no planejamento pedagógico, proporcionando conquistar um espaço em que jogos e brincadeiras se façam presentes no cotidiano escolar, como um instrumento pedagógico para o ensino. Na qual, a

contribuição das atividades lúdicas para a aprendizagem seja em a criança aprender de maneira agradável e significativa.

Por fim, a ludicidade é relevante na educação para infância por proporcionar momentos de socialização entre as crianças, pois se relacionam com o meio social e cultural, a partir dos jogos e das brincadeiras eles se apropriam das regras sociais, se relacionam com instrumentos e signos que medeiam à aprendizagem para o seu desenvolvimento. A ludicidade permite que a criança tenha voz na escolha das atividades que deseja fazer, tornando-a mais prazerosa e significativa, porém na escola cabe ao professor acompanhar-las e motivá-las.

REFERÊNCIAS

- ARCHANGELO, Antônio. **A história da Educação Infantil**. Archa, outubro 2020. Disponível em: <https://antonioarchangelo.com/2020/10/16/historia-da-educacao-infantil>. Acesso em 22 de janeiro de 2022.
- AMARILHA, M. (1997) **Estão mortas às fadas?** Literatura infantil e pedagógica. Petrópolis: Editora vozes.

ARIÈS, Philippe, **História social da criança e da família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC. 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313779542_Historia_Social_da_crianca_e_da_familia. Acesso em: 19 de dezembro de 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <https://www.legjur.com/legislacao/art/cf880000001988-227>. Acesso em: 22 de dezembro de 2021.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à educação**. Brasília, 2006a. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/polinaci.pdf>. Acesso em: 22 de dezembro de 2021.

_____. Ministério da Educação e Cultura – **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Faixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação.

Base Nacional Comum Curricular.

Brasília, 2018. _____. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil**. Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação.

Secretaria de alfabetização. **PNA Política Nacional de Alfabetização/ secretaria de alfabetização- Brasília: Mec, SEALF, 2019.**

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e Cultura**. V. 43. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COZAC, José Ricardo, Sociointeracionismo. **Teorias que embasam o comportamento lúdico da criança**. Revista do professor, 2001.

COUTINHO, Dimitria. **De babá a professora: a evolução da Educação Infantil**. Nova Escola gestão, setembro, 2019. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2263/de-baba-aprofessora-a-evolucao-da-educacao-infantil>. Acesso em 22 de janeiro de 2022.

DOURADO, Josiane Rodrigues. **Breve histórico da Educação Infantil**. Pedagogia ao Pé da Letra, 2012. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/breve-historico-da-educacao-infantil/> Acesso em: 13 de dezembro de 2021.

DRICKMANN, Ivo;
FÁTIMALAZAROTTO, Aline.
Educação: desafios da práxis formação. 1.

Ed.- Chapecó: Plataforma acadêmica, 2018. (coleção educação básica, v.1). ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei N° 8.069/90. Disponível em:

<https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/trinta-anos-do-eca-o-que-mudou-para-criancas-a-adolescentes-brasileiros/>. Acesso em: 22 de dezembro de 2021.

FERREIRA, Eliane MARIA; SARAT, Magda. **“Criança (s) e infância (s)”**: perspectivas da história da educação. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 14, n.27, jul./dez. 2013. P. 234 - 252.

FRIEDMANN, A. **O direito de brincar: a brinquedoteca**. 4ª ed. São Paulo: Abrinq, 1996. GERCIMAR, Martins Cabral Costa. **Metodologias Ativas: métodos e prática para o século XXI**. - Quirinópolis, GO: Editora IGM, 2020.

HORN, Maria da Graça Souza. **Sabores, Cores, Sons, Aromas: A organização dos espaços na Educação Infantil**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

JARDIM, Cláudia Santos. **Brincar: Um Campo de subjetivação na infância**. – São Paulo: Annablume, 2003. 92 p.

JESUS, Ana Cristina Alves de. **Como aplicar jogos e brincadeiras na Educação Infantil**. Janeiro: Brasport, 2010.

LIMA, Isabel Viviane. **Ludicidade e Afetividade a dicotomia eficaz para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças na educação infantil**. Notícias Construir, distribuição dirigida para circulação nacional, abril, 2021.

LIMONGE, Sueli Martins Pereira, Luiz Cesar; SILVA, Edinalva Martinha da; MARTINS, Marijane da Silva; AGUIAR, Luana Barbosa de; FURLANETTI, Gabriella Araújo Pestana. **Educação atual**. São Paulo: SL editora, V. 1 abril, 2019. 161 p.

NEGRINE, Airton. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Prodil, 1994.

OSVALDO, José Sobral; SILVA, Eliana Pontes; CARDOSO, Raquel da Silva. **Uma breve história social da infância, família e escola**. Goiás. 2015. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/semintegricao/article/view/5573> Acesso em: 19 de dezembro de 2021.

PASSERINO, Lilian Maria. **Repensando a prática educativa**. Opet, 3º edição, 1996.
SANTOS, Claudinéia Roque Maciel. **A Evolução da Educação Infantil**. WebArtigos, dezembro, 2013. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-evolucao-da-educacao-infantil/116440>. Acesso em 18 de dezembro de 2021.

PIAGET, Jean. **A Formação do Símbolo na Criança: Imitação, Jogo e Sonho, Imagem e Representação**. 4ªed. LTC, 2010.

SAMPAIO, Rosa Maria Whitaker Ferreira. **Freinet: Evolução histórica e atualidades**. São Paulo: Editora Scipione Ltda, 1989.

SILVA, Marilene Pereira Da. **A importância do lúdico na educação infantil**. Paraíba, 2015.

SCHLINDWEIN, Luciene Maria; LATERMAM, Llana; PETRS, Leila. **A criança e o brincar nos tempos e espaços da escola**. - Florianópolis: NUP, 2017.

VYGOSTSKY, Lev Semenovitch. **A Formação Social da Mente**. 6. Ed. – São Paulo, Martins Fontes, 1998.

KISHIMOTO. Tizuko Morchida. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. 8ªed. – São Paulo, Editora: Cortez, 1996.

_____, Tisuko M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

_____. (org). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

